Flávia de Barros Carone

MORFOSSINTAXE

2ª Edição

20 Flávia de Barros Carone MORFOSSINTAXE

Os estudos de morfologia e sintaxe do português podem ser feitos, com resultados esclarecedores, através dos instrumentos teóricos da lingüística moderna, que propiciam a abertura de novas perspectivas de interpretação dos fatos gramaticais e aguçam uma atitude crítica do leitor.

Este trabalho estimula a fazer, entre outras, as seguintes indagações: será o sujeito, realmente, um "termo essencial da oração"?; o que faz que seja o verbo o centro da estrutura oracional?; o grau será mesmo um fenômeno flexional?; qual a diferença básica entre a subordinação e a coordenação de uma oração a outra?; em que se assemelham e em que diferem morfologia e sintaxe? Rediscutir problemas pode ser uma ginástica benéfica para sacudir idéias passivamente aceitas e para sugerir novos caminhos de pesquisa.

Flávia de Barros Carone, professora de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, publicou **A experiência da redação no acesso à universidade** e **O desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: concordância verbal**.

Áreas de interesse do volume

- Comunicações • Lingüística

Outras áreas da série

- Administração • Antropologia • Artes
- Ciências • Civilização • Direito • Educação
- Estética • Filosofia • Geografia • História
- Literatura • Política • Psicologia • Sociologia

ISBN 85 08 02757 3

Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli
Preparação de texto
Ronaldo Antônio Duarte Rocha
Arte
Coordenação e
projeto gráfico/miolo
Antônio do Amaral Rocha
Arte-final
René Etiene Ardanuy
Joseval Sousa Fernandes
Capa
Ary Normanha

ISBN 85 08 02757 3

1988

Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

Para Eglantina,
que teria gostado
de ver este livro.

Sou grata a mestres
e colegas
pelas intermináveis
e divertidas
(quem disse que não?)
discussões sobre
morfologia e sintaxe.

Sumário

1

Pressupostos teóricos

Plano da expressão e plano do conteúdo

> Outro dia maltratei bastante o valor da linguagem como instrumento expressivo da vida sensível. Agora conto um caso que exprime bem a força dominadora das palavras sobre a sensibilidade. Quem reflita um bocado sobre uma palavra, há-de perceber que mistério poderoso se entocaia nas sílabas dela. Tive um amigo que às vezes, até na rua, parava, nem podia respirar mais, imaginando, suponhamos, na palavra "batata". "Ba" que ele, "ta" repetia, "ta" assombrado. Gostosissimamente assombrado. De fato, a palavra pensada assim não quer dizer nada, não dá imagem. Mas vive por si, as sílabas são entidades grandiosas, impregnadas do mistério do mundo. A sensação é formidável [1].

A reflexão com que Mário de Andrade fecha o texto acima paira nos domínios da poesia: a palavra, subitamente esvaziada de seu significado pela silabação, deixa de representar a coisa, seu referente; as sílabas, agora soltas, adquirem vida própria e assombram, com seu imenso mistério, o imprudente aprendiz de feiticeiro que as libertou.

Com sua capacidade para ver e sentir as coisas, as crianças brincam com as palavras como brincam com objetos. Gostam de repetir seguidamente uma palavra até que ela "perca o jeito" — isto é, deixe de significar alguma coisa. Não só as crianças,

[1] ANDRADE, Mário de. Memória e assombração. In: —. *Os filhos da Candinha*. São Paulo, Martins, 1963. p. 161.

mas qualquer pessoa que se detenha a observar as palavras, desde que não tenha perdido aquela capacidade poética de senti-las.

> As estações apinhadas vinham disparadas, em direção oposta. Mal se lhes podia ler o nome. Quintino, Piedade (Saudade!), Encantado, Engenho de Dentro, Todos os Santos e de repente a palavra Méier — de cinco pontas como a estrela apagada da vida de meu Pai. Ali ele tivera a Farmácia Nava e depois trabalhara na Delegacia de Saúde que acabara com a dele... Méier, Méier, Méier. Fui derretendo na boca, repassando a bala do vocábulo — méier, méier, meiermeiermeiermeier — até ficar só com seu travo acídulo, só com seu som e dele varrer qualquer sentido intrínseco. Abrindo apenas os caminhos das associações abstratas [2].

Pela repetição, a palavra *Méier* foi perdendo seu conteúdo referencial e recolheu-se ao mundo dos sons da língua que, mesmo articulados em cadeia, nada significam. Dessa maneira, encontram-se os dois poetas, "abrindo os caminhos das associações abstratas", ambos perseguindo o "mistério do mundo", entocaiado nas palavras.

Não precisamos chegar ao êxtase poético, mas certamente é experiência de qualquer falante nativo da língua — ao repetir inúmeras vezes uma palavra, ou ao pronunciar suas sílabas isoladamente — a constatação de que a palavra "pensada assim não quer dizer nada, não dá imagem". Realmente, fonemas e sílabas não querem dizer nada. A sílaba é uma construção de um, dois ou mais fonemas articulados, mas não ultrapassa os limites do campo a que pertencem as unidades não-significativas — o *plano da expressão*. Lá não há significados, tanto nos fonemas tomados isoladamente, quanto nas sílabas, desde a mais simples, como /a/, de *agora*, até a mais complexa, como /frais/, de *sofrais*.

Tomando a palavra *sintagma* em seu sentido mais amplo (qualquer construção, em qualquer nível, resultante da articulação de unidades menores), podemos concluir que a sílaba é um sintagma no plano da expressão.

No entanto, a palavra *batata* quer dizer alguma coisa; "dá imagem", no dizer do poeta. É o caso de procurarmos o *lugar*

[2] NAVA, Pedro. *Balão cativo*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1973. p. 185.

onde reside essa imagem, já que não é em qualquer de suas três sílabas. Se experimentarmos outros cortes, como *ba-tata*, ou *bata-ta*, veremos que nenhum dos segmentos assim obtidos abriga aquela noção procurada. Somos tentados a concluir que a imagem abarca toda a extensão da palavra; mas aí nos lembramos de outras palavras, como *batatinha*, *batatal* e *batateiro*, que contêm a mesma idéia básica. Pelo confronto estabelecido entre as quatro, concluímos que a imagem perseguida reside no segmento *batat-*, a que se articula um *-a* (idêntico ao encontrado em *mes-a*, *laranj-a* e *verdur-a*), ou os segmentos *-inha*, *-al* e *-eiro*, que também ocorrem em *mesinha*, *laranjal* e *verdureiro*. E percebemos que os segmentos articulados ao final de *batat-* aduzem um significado complementar, presente também nas três palavras lembradas para confronto: *pequenez*, *plantação de*, *vendedor de*.

Estamos, pois, em face de segmentos significativos, que são partes de uma palavra, mas não são sílabas. É verdade que existem sílabas estruturadas com os mesmos fonemas, como /al/, de *alto*; mas, aqui, /al/ é uma fração não-significativa. Ocorrem também segmentos significativos com estrutura silábica, como *-dor*, em *vendedor*. Em tais casos, não há mais do que uma coincidência de fonemas na construção do segmento, mas é preciso lembrar que ele pode ser visto de dois ângulos diferentes: como sílaba, *-dor* é um sintagma do plano da expressão, com estrutura CVC (consoante-vogal-consoante), e nada significa; como unidade significativa, *-dor* pertence ao *plano do conteúdo* e traz consigo, na situação em que se encontra (articulado ao tema do verbo *vender*), a idéia de "aquele que pratica a ação". Neste caso, a ação de *vender*.

O traço que permite a distinção entre esses dois planos é de natureza qualitativa: a ausência ou presença de significado. As unidades significativas são signos porque nelas se solidarizam significante e significado — dupla face de uma só entidade.

Desse plano é que nos ocuparemos neste trabalho.

Delimitação do campo da gramática

O conceito do que seja *gramática* de uma língua depende do critério tomado como parâmetro. Se considerarmos que a ocor-

rência de articulações entre partes é bastante para definir o que é gramatical, a fonologia estará incluída na gramática, ao lado da morfologia e da sintaxe. Se o critério for mais seletivo, exigindo, além da capacidade para articular-se, que as unidades sejam dotadas de significado, a gramática abrange apenas morfologia e sintaxe.

É esse o critério em que nos baseamos. Definem-se, em conseqüência, os limites do caminho que será percorrido neste estudo: em um extremo, o *morfema* (menor unidade significativa); no outro, o *período* (simples ou composto).

Conceitos operacionais básicos

Convém explicitar, inicialmente, alguns conceitos necessários para a compreensão de uma série de problemas que vão ser abordados. Esses conceitos estão de tal maneira inter-relacionados, que às vezes falar em um implica praticamente o conhecimento de outro; por isso, sua separação em itens diferentes é mais uma questão de ordem.

Articulação

Além de designar o conjunto de posições que os órgãos do aparelho fonador podem tomar para produzir os sons da língua oral, a palavra *articulação* refere-se também à "propriedade que têm as formas lingüísticas de serem suscetíveis de análise" [3] — isto é, de divisão em partes. E isso é possível porque as partes componentes de uma unidade relacionaram-se por um processo articulatório.

Martinet [4] estabeleceu o princípio da dupla articulação da linguagem verbal. A primeira, que é a articulação das unidades significativas, ocorre no plano do conteúdo; a segunda, a articulação dos fonemas, situa-se no plano da expressão.

A dupla articulação é privativa da linguagem verbal. Na música, por exemplo, que é uma forma de linguagem, encontra-

[3] CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática.* 4. ed. São Paulo, J. Ozon, s.d. p. 82.
[4] MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale.* Paris, Armand Colin, 1967. p. 13-5, 17-8, 37-8.

mos algo que se poderia comparar à segunda articulação: as notas musicais, que se distribuem na pauta, podem ser também isoladas e nada significam. Mas a comparação é falha, porque as notas podem superpor-se, produzidas simultaneamente em um acorde musical; e os fonemas só podem ser emitidos um após o outro, numa sucessão linear no tempo. Quanto à primeira articulação, nada de parecido existe na música: nela não há segmentos dotados de um significado particular e constante, capazes de reaparecer em outros contextos, com o mesmo valor. E é isso que ocorre com as unidades da primeira articulação; o segmento *-ste*, por exemplo, em qualquer dos mais de vinte mil verbos da língua portuguesa, engloba quatro significados constantes: pessoa (2.ª), número (singular), tempo (pretérito perfeito) e modo (indicativo).

A dupla articulação representa uma enorme economia, que torna possível a comunicação verbal: com um número restrito de unidades, nos dois planos, nunca se esgotam as combinações possíveis.

Função

Habitualmente, essa palavra freqüenta, nos livros didáticos e nas gramáticas, apenas a área dos estudos de sintaxe. Na estruturação sintática de uma frase, define-se *função* como o papel exercido por um dos componentes em relação a outro: sujeito (do verbo), objeto direto (do verbo), adjunto adnominal (de um substantivo), e assim por diante. Neste sentido, cabe uma definição aplicável a qualquer organismo: "papel próprio e característico desempenhado por um órgão em um conjunto cujas partes são interdependentes" [5].

Essa palavra será empregada aqui também em sentido mais específico, designando a relação que se estabelece entre dois elementos que se articulam. Neste sentido, não se dirá que um termo exerce uma função em relação a outro, mas, sim, que ele "contrai uma função com um outro" [6].

[5] LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie.* Paris, PUF, 1960. p. 361.
[6] HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une théorie du langage.* Paris, Minuit, 1968. p. 54.

A função é uma relação de dependência, que só pode ser definida pela análise. Envolve o fator *pressuposição* entre os *functivos* (os dois elementos que contraem entre si uma função; podemos denominá-los *A* e *B*), com três possibilidades: *A* e *B* pressupõem-se mutuamente; *A* pressupõe *B*, mas o inverso não é verdadeiro; não há nenhuma pressuposição entre *A* e *B*.

Substância e forma. Estrutura e construção.

O conjunto de relações que se estabelecem entre as partes de um todo — seja ele um objeto lingüístico ou não — constitui a sua *estrutura*. O objeto só se configura em sua plena realidade, poderíamos dizer até que só *existe*, graças à estrutura. Pilhas de tijolos, telhas, tábuas e sacos de cimento, além de outros materiais, não são uma casa: só o serão se a esses materiais, a essa *substância*, se atribuir uma estrutura, isto é, se eles se inter-relacionarem de modo adequado. Da mesma maneira, a armação óssea de um homem é um esqueleto não porque seja uma coleção completa dos ossos de um ser humano, mas porque tais ossos estão articulados de acordo com o padrão previsto para a espécie. Surge então um fator abstrato, que dá ao objeto *casa* e ao objeto *esqueleto* sua realidade científica; esse fator é um feixe de relações, que constitui sua *forma*.

Assim também, a seqüência dos fonemas /a/, /b/ e /c/ não constitui uma sílaba possível em português, porque esses fonemas não se articulam nessa ordem; para formar uma sílaba, eles devem articular-se de modo adequado aos padrões previstos como possibilidades na língua: /bac/ é uma seqüência adequada, podendo ser uma sílaba de palavra portuguesa (em *bactéria*, por exemplo). Considerando uma seqüência como /fad/, que não existe como sílaba em nenhuma palavra nossa, concluímos que ela é uma virtualidade da língua e poderá, eventualmente, realizar-se um dia, pois sua estrutura consta entre os padrões silábicos da língua: a mesma de /bac/.

O objeto criado pela atribuição de uma estrutura à substância é uma *construção*. Seja casa, sílaba ou esqueleto, uma construção não é apenas substância, mas *substância formalizada*, isto é, dotada de *forma*.

Podemos identificar construções menores dentro de um objeto maior. Numa frase como "O rumor do mundo vai perdendo a força", a seqüência "mundo vai" não é uma construção, pois não há relação entre as duas palavras, há apenas uma vizinhança contingente. Elas não formam um par de functivos. Mas em "a força" temos uma construção, pois as duas palavras contraíram entre si uma função.

Em uma de suas músicas, Chico Buarque cria um efeito especial quando empresta um caráter ambíguo à formação de pares de functivos, na seqüência "vinho tinto de sangue". Estão presentes em nosso espírito duas expressões praticamente cristalizadas como frases feitas: "vinho tinto" e "tinto de sangue". A ambigüidade está na formação dos pares, pois a palavra *tinto* é functivo em dois pares diferentes:

vinho	tinto	de sangue

O primeiro par, "vinho tinto", dentro do contexto da música, evoca a comunhão; e o segundo, "tinto de sangue", um corpo dilacerado. Ambos, juntos, a paixão de Cristo, a tortura, o momento político que estávamos vivendo.

Análise e síntese

Análise é o método cartesiano de conhecimento, que consiste em decompor um todo em suas partes, sem perder de vista a relação que elas mantêm entre si. Aplica-se tanto a corpos concretos — quando se realiza, por exemplo, uma análise química — quanto a um plano ideal: a análise de um conceito é a "investigação dos subconceitos com os quais o conceito em questão foi construído" [7].

Para que se chegue ao efetivo conhecimento de um objeto, é necessário que as partes obtidas pelo corte analítico não se dispersem, de tal maneira que o todo mantenha sua integridade na consciência de quem o observa — pois analisar é "observar em uma ordem sucessiva as qualidades de um objeto, a fim de dar-lhes no espírito a ordem simultânea em que elas existem". Tanto material como idealmente, "faz-se esta composição e esta decomposição conformando-se às relações que existem entre as coisas" [8].

[7] MORA, José Ferrater. *Diccionario de filosofía*. 4. ed. Buenos Aires, Sudamericana, 1958. p. 69.
[8] LALANDE, A. Op. cit., p. 54.

Descrever é analisar. O escritor que descreve uma paisagem está realizando sua decomposição, ao observar sucessivamente as partes que a integram como um todo, mas não deve esquecer as relações que entre elas existem: rio à esquerda, floresta à direita, nevoeiro cobrindo tudo. O leitor, *alter ego* do escritor, poderá reatar as partes e efetuar a recomposição, vendo a paisagem com os olhos do espírito.

Em resumo: *análise* e *síntese* caminham em direções opostas, mas são o avesso e o direito de uma atividade do espírito. Para que o leitor faça uma síntese da paisagem, é preciso que o escritor tenha feito a sua análise; e este executou-a sobre uma *totalidade não-dividida*, que é o dado imediato da realidade do qual dispomos — seja ele uma paisagem ou um texto. Assim, a relação entre análise e síntese é uma determinação: "a síntese pressupõe a análise e não o inverso". Nada impede, porém, que percorramos o caminho na direção oposta, diz Hjelmslev [9]; não encontraremos nada de novo, mas teremos uma nova perspectiva para observação das partes encontradas na análise.

A descrição de uma língua, que é um objeto como qualquer outro, é feita pelo método da análise, a partir de um dado concreto da realidade, que é o texto (oral ou escrito). Ao cabo de múltiplos cortes analíticos feitos, e de voltas pelo caminho percorrido, para observar o objeto e suas partes de um novo ângulo, é possível identificar os padrões formais que constituem o sistema (a língua) em questão. Esses padrões, comuns a todos os falantes de uma comunidade lingüística, garantem a possibilidade de comunicação: se cada homem tivesse os seus padrões lingüísticos particulares, as pessoas só poderiam falar consigo mesmas.

Níveis de construção no plano do conteúdo

A construção de objetos lingüísticos ocorre em diferentes níveis. No processo analítico, partimos do todo e, em cortes sucessivos, vamos obtendo partes, e partes dessas partes, até que se esgote a análise. Estabelece-se, assim, uma hierarquia das unidades obtidas em cada corte analítico; uma vez terminada a

[9] HJELMSLEV. L. Op. cit., p. 50.

análise, podemos classificar as peças encontradas, organizando-as em sentido inverso: da menor para a maior.

Deixando de lado os fonemas, com seus traços distintivos (*merismas*, para Benveniste; *figuras* do plano da expressão, para Hjelmslev), e as sílabas (sintagmas do plano da expressão), entremos no plano do conteúdo. Antes, porém, é preciso lembrar que cada objeto possui, internamente, uma estrutura, isto é, um *arranjo* das peças menores que o constituem; e, externamente, tem a capacidade de contrair uma função com outro de seu próprio nível [10].

1.º nível: Morfema — É a menor unidade significativa. Articula-se com outro(s) morfema(s), criando uma unidade de segundo nível (*medic-o-s*).

2.º nível: Vocábulo — É uma unidade construída de morfemas (um, ou mais que um). Articula-se com vocábulos (*médicos ilustres*).

3.º nível: Lexia — Pode ter a conformação de um vocábulo, mas o que nela se considera não é sua estrutura, e sim seu comportamento dentro de uma unidade maior. O vocábulo *médicos*, por exemplo, pode ser central em uma situação (médicos bons), ou marginal em outra (cuidados médicos). Os mesmos vocábulos trocaram seus papéis, em conseqüência de uma nova distribuição dentro do sintagma. Dessa propriedade é que se valeu Machado de Assis para dizer, pela voz de Brás Cubas: "eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor". Variando o elemento central do sintagma, varia o marginal, que é, neste caso, seu aposto.

Podemos concluir, portanto, que lexia é uma unidade de comportamento.

No entanto, nem sempre ela se confunde formalmente com o vocábulo; pode ser *composta* de dois ou mais vocábulos (água-de-cheiro, madressilva), constituindo unidades já cristalizadas pelo uso. Pode também ser *complexa*, quando construções sintáticas normalmente não-cristalizadas se imobilizam em uma situação específica. A frase volitiva "Deus nos acuda!", por exem-

[10] POTTIER, Bernard. *Presentación de la lingüística; fundamentos de una teoría*. Trad. de Antonio Quilis. 2. ed. Madrid, Alcalá, 1972. p. 53-62.

plo, pode imobilizar-se, assumindo o comportamento léxico de um substantivo: "Foi um deus-nos-acuda". São também lexias complexas as estruturas sintáticas que se cristalizam, pelo uso, na memória coletiva; é o caso das frases feitas e dos ditados populares.

4.º nível: Sintagma — Em sentido restrito, sintagma é uma construção que se faz no plano das estruturações sintáticas, tendo lexias como constituintes. O elemento necessário, pressuposto para que ele se configure, é um substantivo ou um verbo; um e outro podem articular-se ou não com elementos marginais, inclusive outros sintagmas, de valor adjetival ou adverbial.

5.º nível: Oração — Da articulação entre um sintagma nominal (SN) e um sintagma verbal (SV), nasce a oração; "pássaros voam" e "belos pássaros de plumagem colorida voam sobre as lagoas do Pantanal" são, basicamente, a mesma oração.

Veremos, no capítulo 3 (em "Estrutura da oração"), qual dos dois é o elemento central — o verbo ou o nome —, e que inferências são possíveis a partir das conclusões a que chegarmos.

Hjelmslev considera a oração a maior unidade lingüística cuja análise pode conduzir à formulação de padrões estruturais invariantes. O conjunto desses padrões constituirá a tipologia das orações possíveis em uma língua. O período composto, que é uma construção maior que a oração, visto que de orações é formado, seria problema pertencente ao domínio da estilística, não da gramática propriamente dita.

Voltaremos a falar disso em "Estrutura da oração".

Recursos gramaticais

Um estudo científico de qualquer objeto passa pela descrição (análise) de todas as variantes que ele possa apresentar, mas o trabalho não se esgota aí: é preciso chegar à captação das invariantes que a elas subjazem e que permitirão, ao fim, uma classificação das partes e processos envolvidos. É assim que observamos uma determinada máquina em atividade, procurando entender como ela é e como funciona; ao cabo, seremos capazes de sistematizar nossas conclusões a respeito de sua estrutura e de

seu funcionamento; isso nos permitirá entender outras máquinas de fabricação diferente, com suas possíveis variantes. Cada vez que uma delas entrar em funcionamento, não será mais um mistério para nós. Mas quando surge uma máquina revolucionária, que faz o mesmo serviço baseada em princípio diferente, precisamos "aprendê-la", recomeçando todo o procedimento analítico. Essa nova máquina tem outra estrutura e outra "gramática".

Assim também, a descrição das línguas — de sua estrutura e de seu funcionamento, *forma* e *função* — deve conduzir à sistematização e à classificação de todos os seus aspectos, inclusive dos recursos gramaticais de que o sistema dispõe, que lhe possibilitam entrar em processo. Como se vê, esse trabalho vai e volta: parte da observação do processo para chegar ao conhecimento do sistema. Esse conhecimento, por sua vez, permitirá a compreensão do processo em todo o seu dinamismo.

Sapir (1971, p. 65-86)* propôs uma classificação dos recursos gramaticais operantes na linguagem verbal, baseando-se na descrição de línguas indo-européias (vivas ou mortas), asiáticas, polinésias, africanas e indígenas americanas, de que ele conhecia grande número. A amplitude de suas conclusões tornou-se possível graças à grande diferenciação, no tempo e no espaço, das inúmeras línguas submetidas a análise.

Não nos esqueçamos, porém, de que nem todos os expedientes gramaticais operantes se manifestam em cada uma das línguas, e nem todos são usados com a mesma freqüência. Gramaticalmente, as línguas diferenciam-se pela seleção dos recursos que utilizam e pela freqüência com que se valem deste ou daquele. Vejamos quais são essas invariantes gramaticais e qual o uso que delas faz a língua portuguesa.

a) *Ordem das palavras*

É um recurso que opera no nível da estruturação sintática. Concorre com outros expedientes, especialmente o emprego de palavras instrumentais e a articulação de desinências casuais (em línguas que possuem declinação). O latim, por exemplo, que dispõe de grande riqueza flexional para indicação das funções

* As referências bibliográficas que não aparecem ao pé da página são de obras incluídas na Bibliografia comentada, no final deste volume.

sintáticas, não utiliza a ordem vocabular como recurso gramatical; a ordem dos vocábulos na frase latina é livre, obedecendo de preferência às necessidades rítmicas e tonais da modulação. Em suma, a ordem não é fator gramatical, mas retórico.

Em outras línguas, é inexistente ou limitado o sistema flexional; inversamente, a ordem vocabular assume o papel que caberia à flexão. Em chinês, a ordem é rigidamente determinada pela necessidade de exprimir as conexões sintáticas dentro da frase.

O português constitui um meio-termo; não possuindo flexão casual, compensa essa falta com outros recursos, entre os quais a obediência a certas imposições da ordem dos vocábulos; dessa maneira, mantém-se o equilíbrio e ele é capaz de armar sua teia de relações sintáticas. O fundamental é a expressão das relações, seja pela ordem (expediente sintático), seja pelas desinências (expediente mórfico), seja pelo emprego de palavras instrumentais (expediente sintático). Como se vê, morfologia e sintaxe trabalham com o mesmo objetivo.

Quando deixa de ser elemento retórico para se tornar gramatical, a ordem dos vocábulos tende a fixar-se, aproximando-se cada vez mais da condição de imobilidade da ordem dos morfemas na estrutura do vocábulo: cada morfema tem seu lugar rigidamente estabelecido, não se alterando sua seqüência.

b) *Composição*

Línguas em que a ordem tende a imobilizar-se apresentam tendência mais acentuada para formar palavras compostas; mas isso não é uma conseqüência necessária, visto que em outras não se verifica a mesma proporção. De qualquer maneira, a composição nasce entre palavras que se encontram em seqüência linear, mas não apenas isso: é necessário que essas palavras estejam entrelaçadas por relações sintáticas.

O português não faz exceção: a palavra composta é resultante da cristalização de uma seqüência sintática onde haja pelo menos dois radicais. Mas detém-se aí o papel da composição, que é apenas gerador de palavras (lexicogênico). Em outras línguas, a composição tem função gramatical mais ativa, pois as frases se estruturam com esse recurso. Sapir (1971, p. 73) cita o iroquês, que constrói sua frase forjando um composto com nome e verbo: "eu estou comendo carne" é, nessa língua, o composto "eu-carne-como", uma palavra só.

c) *Afixação*

A palavra deve ser tomada aqui em seu sentido mais amplo, englobando a *derivação* (articulação de prefixo e/ou sufixo a um radical, para formar novas palavras) e a *flexão* (articulação de desinências indicadoras das categorias gramaticais do verbo e do nome). Afixos e desinências têm em comum o fato de serem formas presas, que só ocorrem quando articuladas a uma base.

A afixação é o recurso gramatical mais operante em português, tanto para exprimir categorias gramaticais quanto para formar palavras (ver capítulo 2, "O morfema e a palavra").

d) *Alternância vocálica e alternância consonantal*

Trata-se de um expediente muito ativo em certas línguas. Incide sobre o radical, em que uma vogal e/ou uma consoante sofrem alterações significativas, que formalizam fatos gramaticais. Freqüente em inglês, concorre com a afixação de desinências para expressar categorias gramaticais, como o tempo dos verbos (*dig/dug*, ao lado de *love/loved*) e o plural dos nomes (*foot/feet*, ao lado de *book/books*).

A alternância pode ser um expediente secundário que reforça a afixação, como em *novo/novos*, *novo/nova*; ou, em latim, *capio/cepi* (tempo) e *socius/sequor* (oposição nome/verbo). Ao menos em um caso, em português, a alternância vocálica é o único expediente para expressar o gênero: *avô/avó*. Temos ocorrência de alternância consonantal em alguns verbos, com a oposição surda/sonora: *traz/troux-*; *diz-/diss-*. E também vocálica: *faz/fez*, *traz-/troux-* (tempo), e *fiz/fez* (pessoa).

e) *Variações do acento*

São qualidades físicas do som a intensidade, a altura e o timbre. As duas primeiras são responsáveis pela natureza do acento, que em algumas línguas é de intensidade (força expirató-

ria do ar), em outras é de altura (som mais agudo, na escala musical).

O acento pode ter um valor gramatical. Em português, o acento é de intensidade e pode funcionar como elemento diferenciador entre verbo e nome: *prá*tica/pra*ti*ca, dati*ló*grafo/datilo*gra*fo, es*tí*mulo/esti*mu*lo. A pronúncia vulgar da palavra *rubrica* como proparoxítona integra-a erradamente nesse padrão, fazendo recuar o acento quando se trata de substantivo.

Os avanços e recuos do acento, na flexão do verbo, são passíveis de sistematização, podendo ser vistos como elemento diferenciador secundário.

f) *Reduplicação*

Consiste em duplicar o radical em uma sílaba que a ele se antepõe. É uma reprodução imperfeita, com perda ou troca de alguns fonemas.

Pode operar, em algumas línguas, com valor especificamente gramatical. É uma das maneiras de formar o radical do perfeito em latim: *tango/tetigi*, *curro/cucurri*, *pango/pepigi*. Em português, é apenas recurso lexicogênico, mas de ação muito limitada, restringindo-se à formação de nomes em nível de linguagem afetiva.

g) *Palavras instrumentais* [11]

São palavras intensamente gramaticalizadas, que se encarregam de exprimir conceitos abstratos de relação. Trata-se de preposições, conjunções e pronomes relativos, que, além de indicarem relações e funções, podem operar a transferência de um valor gramatical a outro, sem que ocorra a derivação (ver capítulo 3, "Estrutura da oração" e "Complicação do período").

Também os verbos auxiliares comportam-se como palavras instrumentais, encarregando-se de exprimir as categorias gramaticais nas lexias com infinitivo, gerúndio ou particípio (*vou ler*, *estou saindo*, *sou amado*, *tinha estudado*).

[11] Acrescentamos este item à lista formulada por Sapir.

2
Morfologia

a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviante, flutual,
açula a atenção, isca-a com o risco [1].

O poeta diz e faz. No mesmo passo em que teoriza, desmascarando o segredo mágico da palavra poética, aplica sua receita e cria, repentinamente, duas palavras-pedras. Açulados, voltamos às palavras *fluviante* e *flutual*, e identificamos a causa do estranhamento: o poeta cambiou os sufixos das palavras *flutuante* e *fluvial*, nossas velhas conhecidas. Um jogo morfológico, possível graças à propriedade que têm os morfemas de se encaixarem e desencaixarem, como peças de um brinquedo infantil, com as quais fazemos tratores, casas ou moinhos de vento.

Aos moinhos de vento, pois.

O morfema

A menor unidade significativa, como vimos a propósito do texto de Mário de Andrade, é o *morfema*, que tem a propriedade

[1] MELO NETO, João Cabral de. Catar feijão. In: —. *Poesias completas*. Rio de Janeiro, Sabiá, 1968. p. 21-2.

de articular-se com outras unidades de seu próprio nível. No entanto, a maior unidade de que o falante da língua tem consciência, nas frases que diz ou ouve, escreve ou lê, é a palavra. Ora, esta nem sempre coincide com o morfema, isto é, são relativamente poucos os vocábulos que constam de um só morfema. Para conhecer e avaliar o significado, a expressão e o arranjo dos morfemas, torna-se necessário isolá-los; estaremos, assim, conhecendo a estrutura do vocábulo.

Alguns cuidados, além de uma técnica específica, são necessários para realizar adequadamente essa decomposição em partes. É fundamental localizar os pontos de articulação, para que os cortes se façam no local exato; e a seqüência dos cortes não é arbitrária, mas condicionada pelo grau de aderência (ver capítulo 3, "Constituintes imediatos") de um morfema a seu centro. No vocábulo, praticamente não há opção: como ele constitui um sintagma bloqueado, a seqüência dos cortes impõe-se naturalmente, do mais externo para o mais interno. O único problema de opção diz respeito aos prefixos, pela sua localização antes do radical. Seria conveniente, para sistematização da análise, estabelecer o momento adequado para a sua separação.

Antes, porém, alguns conceitos e o emprego de uma terminologia específica devem ser esclarecidos. Comecemos por sistematizar as noções que já temos sobre o morfema, opondo-lhe, agora, o conceito de *morfe*.

Morfema e morfe

É necessário fazer uma diferença entre *morfema* e *morfe*, embora comumente se use apenas a primeira palavra para designar as duas entidades.

Gleason (1969, p. 46) observa o perigo de definir morfema como "a menor unidade gramaticalmente pertinente", um conceito apenas formal, que exigiria uma definição de gramática: "o estudo dos morfemas e suas combinações". Estabelece-se uma petição de princípio, raciocínio vicioso que nos faz retornar ao ponto de partida, após caminharmos em círculo.

Se o confronto entre morfema e gramática não é suficiente, visto que para definir qualquer desses conceitos nós precisamos ter definido anteriormente o outro, um novo elemento diferenciador deve entrar para resolver o impasse: a significação. Chegamos, assim, a outra concepção de morfema: "unidade mínima significativa", que tem a propriedade de articular-se com outras unidades de seu nível. Ou, mais especificamente, unidade formal abstrata, provida de um (ou mais de um) valor semântico — referencial ou gramatical.

O morfema é, pois, uma abstração que envolve significados e possibilidades combinatórias. Apresenta-se, o mais das vezes, formalizado em fonemas, que se concretizam por meio de sons. É importante reiterar que essa transição de fonema a morfema implica uma diferença qualitativa, consubstanciada na incorporação de um significado ao conjunto fonemático, que passa, por esse motivo, a constituir um signo — entidade dual em que se ajustam irreversivelmente duas faces: o significante e o significado. É essa a essência do signo, aquilo que o faz "ser". E é por isso que o morfema difere essencialmente de outra construção de fonemas, a sílaba; se um morfema e uma sílaba tiverem a mesma configuração fonemática, terá sido "mera coincidência".

Uma forma lingüística só pode ser reconhecida se se define o nível em que está sendo observada. O fonema /a/, por exemplo, não se confunde com o morfema *-a* de feminino, nem com o vocábulo *a*, artigo; são entidades diferentes, de níveis diferentes. Em latim, o som [i] pode ser a concretização: do fonema /i/; do morfema *i-* (radical do verbo *ire*); do vocábulo *i-φ* (2.ª pessoa do imperativo presente de *ire*); da frase imperativa "I" ("Vai!"), quando for dotado de uma entonação adequada.

A dualidade abstrato-concreto mostrou a conveniência de uma designação específica para esse outro aspecto do morfema, o *morfe*. Como se vê, a terminologia corre paralelamente à que é usada em fonologia: fonema, fone, alofone; morfema, morfe, alomorfe.

Essa noção de morfe, em oposição a morfema, vai ser útil para a compreensão de alguns fenômenos, entre os quais a cumulação e a alomorfia.

Morfema zero

Como vimos até agora, o morfema concretiza-se em um morfe de configuração fonemática, que é um segmento de vocábulo

(*in-abal-á-vel*), ou, eventualmente, tem a extensão do próprio vocábulo (*de, que, paz, mês, flor, fel*). No entanto, verificam-se casos em que o morfema não se realiza por meio de fonemas, mas existe e atua, por confronto com outro que lhe é oposto. O singular dos nomes, em português, não se concretiza em um ponto do vocábulo, mas está presente como categoria de número, o que se comprova pelo confronto com o plural: *livro-s/livro-*ϕ. O ponto que, no plural, é ocupado pelo morfema *-s*, no singular é um conjunto vazio, que representamos pelo símbolo ϕ e denominamos *morfema zero*. Ambos, porém, são realidades morfêmicas; aliás, como noção gramatical, cada um deles só existe graças à existência do outro. Sem essa oposição, sequer seriam cogitados esses conceitos. Assim, a categoria gramatical de número só existe porque um par opositivo a instaura: singular e plural.

Morfema supra-segmental

Um dos procedimentos gramaticais de que podem valer-se as línguas é a variação de dois fatores entonacionais: a intensidade e a altura. Essa variação constitui-se em um *morfema supra-segmental*, isto é, ela tem um significado gramatical sem ser um segmento entre outros da cadeia sintagmática, pois não possui uma configuração fonemática própria.

No vocábulo, a variação de altura não tem valor gramatical em português, mas a de intensidade tem (ver capítulo 1, "Recursos gramaticais"). A incidência de maior tonicidade numa ou noutra sílaba, no par *fábrica/fabrica*, é o elemento diferenciador do comportamento gramatical de cada uma dessas palavras: nome ou verbo.

A acentuação também funciona gramaticalmente em nível sintático. Em inglês, o sintagma "*french teacher*" terá valores diferentes, dependendo da incidência de maior tonicidade numa ou noutra palavra:

- *french* teacher (= professor de francês)
- french *teacher* (= professor francês)

Na seqüência "ingênuos fiéis" (que poderia ser também "fiéis ingênuos"), nenhum recurso mórfico ou sintático permite distinguir qual é o substantivo e qual o adjetivo. Apenas um ligeiro reforço de tonicidade no adjetivo (elemento caracterizador) permite estabelecer essa diferença; será uma opção nossa imprimir maior força a um ou a outro vocábulo, para deixar claro se nos referimos a "ingênuos que são fiéis" ou a "fiéis que são ingênuos".

A variação de altura opera em português como elemento componente da modulação frasal. É a única responsável, por exemplo, pela diferença entre asserção e interrogação em frases como "Ele já viajou." e "Ele já viajou?".

Um outro componente da modulação é a pausa, em sua distribuição e arranjo na linha melódica da frase. Uma sutil diferença na cadência de uma frase pode ser o único índice de variação do arranjo sintático, que produz diferentes pares de functivos:

- (ele) está de pé | no chão (= em posição ereta, sobre o chão)
- (ele) está | de pé no chão (= descalço)

Uma frase escrita em muro da cidade dizia: "Marco pára de beber". Tal como estava, era uma frase assertiva, que informava aos passantes a feliz notícia sobre Marco, com o verbo na 3.ª pessoa do singular do presente do indicativo, sendo *Marco* o sujeito. Não nos pareceu que essa fosse a intenção do "grafiteiro", pois o habitual é que esses escritores anônimos enviem mensagens a um destinatário específico — no caso, Marco. Assim, a frase deveria ser: "Marco, pára de beber". Pausa e entonação combinam-se para produzir uma frase imperativa, em que *Marco* é vocativo e *pára* é a 2.ª pessoa do singular do imperativo. Um bom conselho para o nosso Marco.

Alomorfia

Existem casos de morfemas que assumem, em certas situações, diferentes configurações fonemáticas. São os alomorfes de um mesmo morfema (do grego *állos*, outro; *morphé*, forma).

Observem-se as seguintes formas verbais: cantais, cantáveis, amais, amáreis, cantardes, fazerdes, fizerdes, partirdes. É possível identificar em todas o mesmo morfema, com os valores de pessoa (2.ª) e número (plural). Mas a concretização se faz em morfes diferentes: *-is* e *-des*. Estes dois segmentos constituem um caso de alomorfia, pois contêm os mesmos valores significativos.

Se percorrermos toda a flexão do verbo, veremos que *-des* só ocorre após o fonema /r/, no futuro do subjuntivo e no infinitivo flexionado. Podemos concluir que *-des* é um alomorfe condicionado fonemicamente pela vizinhança de /r/.

Outros exemplos de alomorfia: o prefixo negativo realizado por uma vogal nasal ou oral (*in*feliz, *in*comum, *i*legítimo, *i*rreal); o morfema de número e pessoa, que na 1.ª do singular se realiza com o morfe *-o*, no presente do indicativo, e *-ou*, condicionado por alguns radicais (*vou, sou, dou, estou*).

Quando ocorre a alomorfia, a forma de mais alta freqüência deve ser considerada a forma-base; a outra é uma variante, seu alomorfe. Assim, no imperfeito do indicativo, 1.ª conjugação, a forma-base é *-va-*; a variante é *-ve-* (cantá*ve*is). No futuro do pretérito, *-rie-* (canta*rie*is) é alomorfe de *-ria-*. No futuro do subjuntivo e no infinitivo flexionado, *-des* é alomorfe de *-is* (fizer*des*, fazer*des*).

A alomorfia constitui, portanto, uma diferença de significante, não de significado: o morfe é outro, o morfema é o mesmo.

Comutação e segmentação

A depreensão dos morfemas de uma língua realiza-se a partir da cadeia sintagmática, isto é, de um conjunto de unidades articuladas, que formam um todo maior, seja ele vocábulo ou frase. Uma cadeia sintagmática, qualquer que seja sua extensão, é formada por unidades *presentes* articuladas entre si.

Se pretendemos analisar uma língua que desconhecemos, o confronto de várias frases vai revelar-nos a existência de seqüências fonológicas que se repetem em alguns pontos. Isso ainda não permite concluir que se trata de morfemas dessa língua, pois a repetição pode ser apenas uma coincidência na cadeia de sons dentro da frase. Mas a observação das situações em que tais segmentos ocorrem, de sua "vizinhança" anterior e posterior, pode levar a conclusões sobre sua distribuição e à delimitação dos morfemas dessa língua.

Assim, não é impossível chegar à descrição da gramática de uma língua desconhecida, uma vez que se identifiquem seus morfemas e se revelem suas possibilidades combinatórias.

As dificuldades inerentes a esse procedimento devem ser enfrentadas pelo lingüista que se propõe descrever uma língua totalmente desconhecida. A corrente distribucionalista pretendeu mesmo, em certo momento, dispensar inteiramente o significado para realizar a tarefa descritiva. Contudo, essas mesmas dificuldades acabaram por trazer o significado de volta, integrando-o ao conceito de morfema, que se torna mais complexo e, ao mesmo tempo, mais operacional.

A depreensão dos morfemas realiza-se sobre a cadeia sintagmática, mas só se completa graças à existência de *reservas* de segmentos que podem ocupar aquele determinado ponto da cadeia para o qual se volta nossa atenção. Essas reservas constituem um paradigma, conjunto de unidades *ausentes* que poderiam substituir aquela que está presente na cadeia sintagmática. Para determinar quais são as unidades que constituem esse conjunto, utiliza-se como instrumento operacional a comutação.

Comutação é a troca de um segmento do plano da expressão, que tem como resultado uma alteração no plano do conteúdo. Opera-se essa troca em um dado ponto da cadeia sintagmática, sem que se altere o quadro de relações existente; todas as unidades que puderem ocupar esse ponto pertencem ao mesmo paradigma.

Suponhamos uma série de comutações, em nível fonológico, das unidades constitutivas do significante de um signo. O elemento necessário à troca acha-se no eixo paradigmático (vertical), e o resultado se faz sentir na cadeia sintagmática (horizontal):

/l a r/ (lar)
/*m* a r/ (mar)
/m a *l*/ (mal)
/m *e* l/ (mel)
/*f* e l/ (fel)

A cada comutação, alterou-se o significado; manteve-se, porém, a estrutura do significante.

Prática originária da fonologia, a comutação revelou-se igualmente produtiva no plano do conteúdo, quando se processa a comutação de morfemas ou de vocábulos para estabelecer paradigmas. Em nível morfológico, um confronto com a alomorfia pode tornar

mais claros ambos os conceitos: o alomorfe é um significante diferente a que não corresponde uma diferença de significado; na comutação, a troca do significante implica a troca do significado.

Vejamos algumas comutações possíveis em um certo ponto da cadeia sintagmática das formas verbais *amava*, *amas* e *amo*.

ama	va	ϕ	indicativo	pretérito imperfeito
	ra		indicativo	pretérito mais-que-perfeito
	rá		indicativo	futuro do presente
	ria		indicativo	futuro do pretérito
	sse		subjuntivo	pretérito imperfeito
	r		subjuntivo	futuro
	ϕ		indicativo	presente

Como à troca do segmento corresponde uma alteração dos valores de tempo e/ou modo, concluímos que nesse ponto se localiza o morfema que envolve, cumulativamente, os valores de modo e tempo.

Se procedermos à comutação em outro ponto da cadeia sintagmática, obteremos o paradigma de outro morfema:

ama	s	singular	2.ª pessoa
	ϕ	singular	3.ª pessoa
	mos	plural	1.ª pessoa
	is	plural	2.ª pessoa
	m	plural	3.ª pessoa

Em outro ponto, chegaremos à troca da noção lexical da palavra:

am	o
cant	
vend	
part	

Utilizando como recurso operacional a comutação, chegaremos à segmentação do vocábulo em seus morfemas constituintes. Devemos partir de um pequeno grupo de palavras que possuam *algo igual* e *algo diferente*; a intuição do falante, valendo-se do significado como componente do morfema, será capaz de organizar essas palavras em pares que se oponham em apenas um ponto.

Observemos cinco pares opositivos, destacando, em seguida, os segmentos divergentes:

cantássemos	/	cantasses	-mos	/	-s
cantasses	/	cantasse	-s	/	-ϕ
cantasse	/	cantava	-sse-	/	-va-
cantava	/	canta	-va-	/	-ϕ-
canta	/	ama	cant-	/	am-

Com experimentos semelhantes e sucessivos, chegaremos a identificar os morfemas de cuja combinação se obtêm todas as construções possíveis em uma língua. Nos quatro primeiros pares, isolamos morfemas número-pessoais e modo-temporais, cada um deles responsável por um aspecto do feitio gramatical da língua; pertencem a um paradigma numericamente restrito e estável, isto é, a um inventário *fechado*. No quinto par, opõem-se morfemas lexicais, pertencentes a um inventário *aberto*, constituído por número ilimitado de morfemas, que pode sempre ser acrescido de outros novos, criados ou tomados de empréstimo a outras línguas. Aliás, é importante observar que morfemas gramaticais não se transferem de uma língua a outra, como os lexicais, porque eles são a própria essência da língua: fazem parte de sua gramática.

Cumulação e amálgama

Cumulação é o nome que se dá ao fenômeno de um só morfema conter em si dois ou mais valores, cuja existência podemos comprovar pela comutação, mas que não podemos isolar concretamente pela segmentação. É impossível dizer onde, no morfema verbal *-s* (*ama-s*), reside a pessoa (2.ª) e onde o número (singular). Mas ali estão esses dois valores, não segmentáveis, mas reconhecíveis como entidades abstratas distintas: se comutarmos *-s* por *-is* (*ama-is*), teremos a mesma pessoa, mas outro número. Se comutarmos *-s* por ϕ (*ama-*ϕ), teremos o mesmo número, mas outra pessoa.

Do mesmo modo, se na forma verbal *amássemos* comutarmos *-sse-* por *-va-*, estaremos trocando apenas um dos valores, o modo; e se comutarmos *-va-* por *-ra-*, permanecerá o modo, alte-

rando-se apenas o tempo. Ali residem, pois, modo e tempo, comutáveis mas não segmentáveis: é o fenômeno da cumulação.

Ser possível a comutação, sem que se opere paralelamente a segmentação, é um fenômeno idêntico ao que ocorre com os merismas, traços distintivos dos fonemas. Num /p/ — consoante oclusiva bilabial surda — é impossível operar a segmentação, isolando *oclusividade*, *bilabialidade* e *surdez*; mas é possível comutar apenas um traço, obtendo diferentes fonemas:

- /b/ — oclusiva bilabial *sonora*
- /t/ — oclusiva *ápico-dental* surda

Diferente, a nosso ver, é o *amálgama*, resultado da fusão de dois morfemas distintos em um só. A conseqüência prática é semelhante à cumulação; a diferença está no fato de que, no caso do amálgama, os dois morfes são recuperáveis pela comutação de um dos morfemas.

O exemplo clássico de amálgama é, em francês, a fusão da preposição *à* com o artigo masculino:

- à + le → au (um só fonema: /o/)

Os dois, contudo, são recuperáveis. Pela comutação da preposição, recupera-se o artigo; pela comutação do artigo, recupera-se a preposição: "pour *le*" e "*à* la".

Em português, as contrações de preposição com artigo são exemplos de amálgama: *à* (a + a, recuperáveis em "*a* ela" e "com *a*"). O amálgama, em certos casos, é até opcional; podemos dizer *num* ou *em um*, sendo qualquer das formas uma escolha estilística do falante. Isso é totalmente impossível no caso da cumulação, cujos valores são inseparáveis em morfemas particulares.

No caso do amálgama, ocorre até algo que podemos chamar de "falsa recuperação", que acabou por criar, em linguagem popular, uma nova preposição: à semelhança de *do* e *da* — em que os morfemas são recuperáveis por comutação da preposição (*com o*, *com a*) ou do artigo (*de um*, *de uma*) —, operou-se, a partir de *no* e *na*, a "recuperação", indevida mas corretamente realizada, de uma preposição intuída: *ne* (com neutralização, pronúncia *ni*). Todos nós já ouvimos frases como "não ponha a culpa *ni* mim", "*ni qui* que eu ia saindo, ele chegou".

A palavra

Relampa?
Relampadeja?
Relampeja?
Relampagueia?
Relampeia?
Relampadeia?
E, enquanto a luz
não esclarece as letras,
o raio que me parta
chega [2].

Essa palavra inconstante não se contenta em ser um simples *relampar*: quer -adejar, -ejar, -aguear, -ear e -adear. São formas que *relamp-* escolhe, prende e amarra, para formar palavras com variações sutis de seu significado básico: uma sugestão de luz fulgurante e incerta.

Formas presas, formas livres, formas dependentes

Será útil, para a compreensão do comportamento dos morfemas, a distinção que faz Bloomfield (1933) entre formas livres e formas presas. *Formas livres* são aquelas que podem constituir, isoladas, um enunciado suficiente para a comunicação. Em sentido amplo, toda frase, da mais simples à mais complexa, é uma forma livre, desde que dotada de uma entonação adequada.

Interessam-nos, neste momento, as formas livres *mínimas*, cuja extensão não excede os limites do vocábulo. Podem comportar-se como unidades de comunicação quando a elas se sobrepõe a mencionada entonação. A esse conceito se opõe o de *formas presas*, aquelas que não são suficientes para, sozinhas, constituírem um enunciado; são formas presas *re-*, *lamp-* e todo o cortejo de segmentos que a esta última se articulam.

[2] LAURITO, Ilka Brunhilde. Poeminha fulminante. In: —. *Canteiro de obras*. São Paulo, Scortecci, 1985.

O vocábulo *infeliz* é uma forma livre mínima porque seus constituintes imediatos não são, ambos, formas livres: *feliz* é, mas o prefixo *in-* é uma forma presa, visto que não ocorre isoladamente. Por outro lado, palavras como *beija-flor* e *vaivém* não são formas livres mínimas, pois seus constituintes imediatos o são, eles próprios — cada um, evidentemente, com outros valores gramaticais e semânticos, uma vez desfeita a composição.

Uma palavra pode ser constituída

- de uma forma livre mínima: *leal*;
- de duas formas livres mínimas: *couve-flor*;
- de uma forma livre e uma ou mais presas: *leal-dade*, *in-feliz-mente*;
- apenas de formas presas: *re-abert-ur-a*.

Não cabem nessa classificação, porém, certas palavras peculiares pela atonicidade: artigos, preposições, algumas conjunções, pronomes oblíquos átonos — que não podem, por si sós, constituir um enunciado (Câmara Jr., 1970). (Julgamos que se incluem aí também os oblíquos tônicos: *mim*, *ti*, *si*.) Cada uma dessas palavras só será um enunciado possível quando constituir uma *citação*; mas, nessa circunstância, qualquer palavra é um substantivo (— Não ouvi bem: você ditou *de* ou *me*? — Me.).

Bloomfield resolveu o impasse do artigo valendo-se do paralelismo que ele apresenta com outras formas que são *livres mínimas*: os demonstrativos. Entende-se por paralelismo o fato de artigo e demonstrativo poderem ocupar o mesmo lugar na cadeia sintagmática, por comutação no eixo paradigmático:

— Que livro você recebeu ontem?

— Aquele.

A resposta "— O." seria inaceitável; mas como artigo e demonstrativo comutam, pertencem ao mesmo paradigma. Logo, ambos são formas livres mínimas.

Para resolver as lacunas que persistem, Câmara Jr. (1970, p. 60) propõe um terceiro conceito: o de *formas dependentes*. Estas não são livres porque não constituem, isoladas, um enunciado; e não são presas porque são separáveis como vocábulos

formais. Isso se comprova por admitirem intercalações e/ou inversões, relativamente ao vocábulo com que se relacionam sintaticamente:

- o irmão / o meu irmão / o meu bom irmão
- diga-me / não me diga / que me não diga
- preciso de dinheiro / preciso de muito dinheiro
- um menino que vi / um menino que ontem mesmo eu vi
- dizem que virás / dizem que nunca mais virás

São estes os critérios para avaliar a coesão gramatical (interna, estrutural) da palavra: a "mobilidade de posição" e a "seqüência ininterrupta de elementos".

> Uma das características da palavra é que ela tende a ser estável internamente, quanto à ordem dos morfemas que a compõem, mas é móvel quanto à posição: pode trocar de posição com outras palavras na mesma frase. Evidentemente, esta característica é bem mais notável em línguas de ordem livre [3].

O conceito de *vocábulo* diz respeito a uma estrutura, algo interno: o vocábulo é uma unidade construída de morfemas. Todavia, é difícil chegar ao conceito de *palavra*, realidade que todo falante intui. A proposta de Bloomfield pretende levar à compreensão dessa realidade, mas apresenta lacunas; o conceito de formas dependentes preenche uma falha, permitindo considerar como palavras aqueles clíticos que haviam ficado fora da classificação bloomfieldiana.

A coesão interna da palavra pressupõe dois fatores: a inseparabilidade e a irreversibilidade de seus componentes. Dessa coesão interna resulta a formação, em nível mórfico, do *sintagma bloqueado*, que contrasta com o sintagma em nível de estruturação sintática, aberto a intercalações e inversões. Em português, porém, registram-se algumas ocorrências de intercalações em sintagmas bloqueados. O caso mais curioso é o da mesóclise: *amar-te-ei*, *amar-te-ia*. O que pode explicar a mesóclise é a hipótese de esses tempos do verbo não constituírem realmente sin-

[3] Lyons, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo, Nacional, 1979. p. 211.

tagmas bloqueados; originados da aglutinação dos componentes de locuções verbais do latim popular, não teriam completado ainda seu processo de cristalização. Ou teriam? Acabamos concluindo que sim, quando observamos que a mesóclise praticamente não ocorre mais na dinâmica da língua oral. Está confinada na língua escrita, em um registro formal bem-comportado.

Vocábulo fonológico e vocábulo formal

A integração dos clíticos a um vocábulo dotado de tonicidade tem como resultado a formação de um grupo de força que se comporta como um só vocábulo fonológico, apesar de se tratar de dois ou mais vocábulos mórficos. Assim, *dá-lo* equivale a um dissílabo paroxítono e *davam-no*, a um trissílabo proparoxítono. De um ponto de vista fonético-fonológico, não há como distinguir *cavá-lo* de *cavalo*, ambos um só vocábulo fonológico. No entanto, o primeiro contém dois vocábulos mórficos; o segundo, apenas um.

Desta não-coincidência entre *vocábulo fonológico* e *vocábulo formal* é que se valeu Chico Buarque para fazer um jogo de palavras entre *cale-se* e *cálice*, denunciando a repressão — "Cale-se!" — e a tortura do oprimido, a quem cabe, numa alusão a Cristo, o "cálice de vinho tinto de sangue".

A forma dependente é um vocábulo formal que não é vocábulo fonológico. Inversamente, a palavra composta por justaposição consta de mais de um vocábulo fonológico, mas o conjunto é apenas um vocábulo formal. Quando os elementos do composto se aglutinam, dá-se o encontro: passam a coincidir vocábulo fonológico e vocábulo formal.

O morfema e a palavra

Valor e função dos morfemas

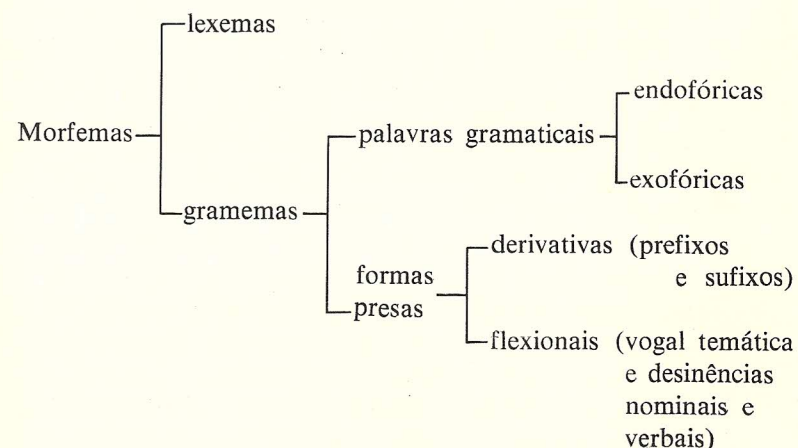
Já nos referimos à oposição que permite estabelecer uma primeira grande divisão dos morfemas: os lexicais, denominados *lexemas*; e os gramaticais, denominados *gramemas*.

O lexema é uma unidade mórfica que implica significados, distribuição e peculiaridades articulatórias. É um pressuposto

para a ocorrência de prefixos e sufixos; semanticamente, comporta significados que o relacionam com uma realidade extralingüística. Pode ser uma forma livre (*anel*, *flor*, *feliz*, *mês*) ou presa (*entr*-a-r, re-*flet*-or, *ouv*-i-nt-e, re-des-*cont*-a-r).

Como já vimos, o inventário de lexemas é aberto, podendo sempre ser acrescido de novas criações e aquisições.

Os gramemas, cujo número é limitado, constituem um inventário fechado e estável. Nem todos, porém, têm a mesma natureza e o mesmo comportamento, sendo possível reconhecer diferentes tipos de gramemas.

O quadro completo dos morfemas pode ser organizado como segue:

As palavras gramaticais *endofóricas* (do grego *éndon*, movimento para dentro), também chamadas morfemas *homossintagmáticos*, são aquelas que se voltam, sintaticamente, para o elemento central do sintagma a que pertencem:

- *o* livro
- *este* livro
- *meu* livro

São *exofóricas* (do grego *éxo*, para fora), ou morfemas *heterossintagmáticos*, aquelas que, após articularem-se com o ele-

mento central do sintagma, têm a propriedade de estabelecer uma relação deste conjunto com um elemento externo:

- doce [de → laranja]
- roupa [com → bordados]

Veremos algumas peculiaridades dos morfemas derivativos e flexionais ao tratarmos, agora, da formação de palavras.

Formação de palavras

> Embora pró
> sou pré-jatopropulsão,
> o que me faz um própréprô.
> Termo que não ocorreria a meu avô.[4]

Não só ao avô: a nenhum de nós ocorreria essa palavra. Mas bem que gostaríamos de tê-la inventado, tão engraçada ela é.

Prefixos são formas presas, que precisam de um radical a que possam articular-se. O "termo que não ocorreria a meu avô" é o resultado insólito da articulação de três prefixos a nada.

Propositalmente, o humorista desviou-se dos procedimentos gramaticais que o sistema, organismo vivo prenhe de virtualidades, põe à disposição do falante para a criação de novas palavras. Criou, com o "própréprô", uma piada gráfica (os três acentos), fonética (o exagero na aliteração) e mórfica (nenhum lexema). E o produto é um bem-comportado substantivo, que funciona como predicativo do objeto.

O léxico de uma língua pode ampliar-se por empréstimo de palavras de outras línguas. Mas os recursos mais atuantes são internos ao sistema, sempre prontos para entrar em processo e desencadear a formação de novas palavras. Interessa-nos, aqui, ver a natureza desses procedimentos e — sem a preocupação de realizar um estudo exaustivo — fazer algumas reconsiderações sobre a classificação dos morfemas.

Os recursos mais férteis para a produção de novas palavras são dois: a derivação e a composição. Além desses, ainda existem a reduplicação, a abreviação e a lexicalização de siglas e onomatopéias, todos com baixa produtividade.

4 FERNANDES, Millôr. Poemeu de ciência & presciência. (s.n.t.)

Composição

É um procedimento pelo qual uma construção sintática se imobiliza, dando origem a uma unidade cristalizada. Em decorrência, forma-se um sintagma bloqueado, com duas características essenciais da palavra: inseparabilidade e irreversibilidade das partes articuladas. E o composto, embora relembre figuradamente os elementos constitutivos, tem um terceiro significado, distinto dos de ambos.

A seqüência sintática *roupa branca*, por exemplo, é um composto quando designa *roupa íntima ou de baixo*; nesse sentido, podemos dizer *roupa branca vermelha*, porém não *roupa muito branca*; nesta última seqüência não há um composto, e o sentido é o original das palavras *roupa* e *branca*.

Como sintagma bloqueado, o composto é uma nova palavra que se incorpora ao léxico da língua. Realiza-se a composição com um mínimo de duas palavras portadoras de radical. Cada uma delas conserva sua identidade de vocábulo fonológico (justaposição); ou incorporam-se ambas em um só (aglutinação).

02/01/89

É necessário observar, porém, que justaposição e aglutinação não são duas formas diferentes de composição, mas dois estágios de um mesmo processo. Um composto pode formar-se já aglutinado, como é o caso de vogal átona final suprimida diante da vogal inicial de outra palavra: plan(o)alto, agu(a)ardente. Nem sempre, porém. Ainda se hesita entre as formas *hidroelétrico* e *hidrelétrico*, ambas dicionarizadas.

O que se observa é que a construção em que os elementos estão justapostos tende a tornar-se cada vez mais coesa, caminhando para a aglutinação dos componentes. O processo começa quando o primeiro componente perde a autonomia fonética, integrando-se num grupo de força sob o domínio da sílaba tônica do segundo; o conjunto passa, então, a constituir um só vocábulo fonológico. A partir desse momento podem ocorrer, mais rápida ou mais lentamente, desfigurações no corpo fonemático do composto, a tal ponto que, com o passar do tempo, ele se torne irreconhecível. Mencionar a palavra *fidalgo* como um composto (*filho-de-algo*) é interessante em seu aspecto histórico; mas, vista

a língua em seu estado atual, essa é uma palavra simples, cujo radical é *fidalg-*, sobre o qual se forma o derivado *fidalguia*.

Outro aspecto importante da composição é o fato de que as palavras que a formam estão relacionadas sintaticamente, por subordinação ou coordenação.

Por subordinação:

- verbo e complemento — estraga-prazeres, porta-bandeira
- substantivo e adjunto (adjetivo) — cabra-cega, aguardente
- substantivo e adjunto (SP) — pé-de-moleque, mula-sem-cabeça
- substantivo e aposto — couve-flor, cirurgião-dentista
- verbo e adjunto — bota-fora, abaixo-assinado
- adjetivo e adjunto — sempre-viva
- uma oração completa — bem-te-vi, malmequer

Por coordenação:

- de verbos — vaivém, leva-e-traz
- de adjetivos — auriverde, rubro-negro, franco-luso-brasileiro

Como se pode observar, o verbo presta-se à formação de compostos, mas o resultado nunca é um verbo. Não dizemos "ele estraga-prazeres", "ele leva-e-traz", "ele vaivém" — porque o composto é um nome, e só poderíamos elevá-lo ao *status* de predicado com uma translação operada pelo verbo *ser* (ver capítulo 3, "Estrutura da oração"): "ele *é* um estraga-prazeres, um leva-e-traz, um vaivém". Ou então, destruímos a composição, dizendo: "ele estraga prazeres, leva, traz, vai, vem".

A propósito, convém notar o papel do hífen nos compostos, como representação gráfica de que ocorreu a cristalização. Dispensa-se o hífen quando ocorre a incorporação dos componentes em um só vocábulo fonológico (pontapé, madressilva, vaivém). E é lícito supor que o mesmo possa ocorrer com os que ainda mantêm sua integridade fonético-fonológica; fator decisivo é a freqüência do emprego da palavra, pois também na língua o uso produz desgaste.

Derivação

Em português, este é o procedimento gramatical mais produtivo para o enriquecimento do léxico. Realiza-se sobre apenas

um radical, ao qual se articulam formas presas, os afixos: em posição anterior, os prefixos; em posição posterior, os sufixos. Não há em nossa língua ocorrência de infixos, formas presas que se articulam no interior do radical.

O inventário de afixos, embora mais amplo do que o de gramemas flexionais, é também fechado, o que significa que seu número é limitado e que novas criações são raras na história da língua. Cessa aí, porém, a sua semelhança com os gramemas flexionais, pois diferenças qualitativas e comportamentais os separam. Vejamos quais são.

Quanto ao comportamento, os gramemas flexionais são mutuamente excludentes, e os afixos não o são. Se uma forma verbal, por exemplo, está na 2.ª pessoa do plural, exclui-se a possibilidade de que esteja na 3.ª do singular. Prefixos e sufixos, porém, convivem tranqüilamente numa só palavra, e seu número não é restrito: podemos articular quantos nos forem necessários para a expressão de nossas idéias, como em *superdesmobilização*, em que há dois prefixos e dois sufixos.

Essa característica dos afixos fundamenta a asserção de que o grau dimensivo e o grau intensivo dos nomes não são fenômenos de flexão, mas de derivação. Formam-se com sufixos que não se excluem mutuamente; palavras como *cartãozinho* e *mocetão* são corriqueiras na língua. E poderíamos, sem violar o sistema, formar quantas quiséssemos: flautinzão, menininhão, paredãozinho, comiloninha. Foge ao sistema, porém, algo como "falavaremos", monstrinho que associa morfemas de passado e futuro, que se excluem mutuamente. Não seria sequer um recurso de expressividade, em nível de linguagem afetiva; poderia ser, quando muito, uma piada de surrealismo lingüístico, como o "própréprô". Só que este *é* engraçado.

O emprego de afixos é uma decisão do falante: ele *quer* usar aquela palavra derivada, que lhe convém para exprimir seu pensamento. O uso dos gramemas flexionais, pelo contrário, é uma imposição gramatical da frase; se o falante diz "menino", desencadeia de imediato um circuito gramatical a que deverá submeter-se, constrangido pela concordância nominal e verbal.

A natureza opcional da sufixação encontra-se também no grau, revelando neste sua condição de derivado; além disso, o emprego dos sufixos de grau não implica o fenômeno da concor-

dância, como ocorre com os morfemas flexionais. Podemos dizer, dentro do sistema, "menininho lindo" ou "meninão lindinho", conforme os matizes de significado que quisermos exprimir.

Semanticamente, é sabido que nem sempre tais sufixos exprimem grau (casinha, livreco; e qual é o maior: o portão, a portela, o pórtico, a portada ou o portal?). Mas o que nos interessa e estamos analisando é sua face gramatical, que apresenta outra peculiaridade: não são privativos de substantivo ou adjetivo, que podem fazer um intercâmbio de sufixos ou até emprestá-los ao advérbio, que continua sendo, mesmo com eles, uma palavra invariável: "cheguei agorinha mesmo", "moro pertinho" ou "moro pertíssimo da escola".

O processo de derivação não tem um limite necessário. Veja-se: do verbo *pôr*, derivou-se *posição*; de *posição*, o hoje muito usado verbo *posicionar*; sobre este, formou-se *posicionamento*, muito em voga também. Esperamos, apreensivos, que não surjam *posicionamentar* e *posicionamentação*, mas não temos certeza de que estamos livres disso. Afinal, os recursos da língua estão aí, à disposição de todos, e gosto não se discute. Essas palavras estariam perfeitamente dentro do sistema.

Composição e derivação não se excluem mutuamente; pelo contrário, podem combinar-se à vontade: "Do lado do oriente o horizonte se cartãopostalizava clássico" [5]. O verbo, nessa frase, é um derivado sufixal formado sobre um substantivo composto (*cartão-postal*); este, por sua vez, formou-se com dois derivados (de *carta* e *posta*).

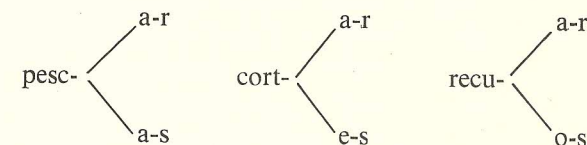
A derivação regressiva constitui uma formação *sui generis*: o falante sente a terminação de uma palavra como se fora um sufixo e, intuitivamente, recupera uma suposta palavra primitiva, pela ablação de sua parte final. Assim se formaram *sarampo* e *frango*, a partir de *sarampão* e *frângão*, cujo final se assemelha a um sufixo dimensivo. Popularmente se diz *granfo* e *estranja*, porque as terminações de *grã-fino* e *estrangeiro* coincidem fonologicamente com reais sufixos (pequen*ino*, sorvet*eiro*). Entrou na moda, recentemente, o adjetivo *hilário*, derivado regressivo de *hilariante*.

Uma subcategoria de regressivos são os substantivos em *-a*, *-e* ou *-o* (vogais temáticas de nome), formados a partir de verbos; diferem dos anteriores porque, sendo deverbais, têm distribuição diferente da de seus primitivos. Assim se formaram, entre outros, *vôo*, *consolo*, *choro*; *ataque*, *debate*, *toque*; *conserva*, *pesca*, *escolha*.

[5] ANDRADE, M. de. A pesca do dourado. Op. cit., p. 73.

Como há também o inverso — substantivos que dão origem a verbos —, cria-se o problema, por vezes, de saber qual o primitivo, qual o derivado. O método prático de distingui-los consiste em recorrer ao sentido extralingüístico: os que designam ação nascem de verbos; os que designam objetos são os primitivos, que dão origem a verbos (de *escudo* e *azeite* formam-se *escudar* e *azeitar*).

Mas aí entram problemas semânticos que podem interferir na descrição: *conserva*, por exemplo, pode ser entendido como *ato de conservar* (seria um regressivo deverbal), mas também como um objeto, um certo tipo de alimento (seria o primitivo). A semântica é sempre um auxílio, mas dificilmente será o critério único para estabelecer um fato gramatical. Se o problema é saber quem nasceu primeiro, só uma pesquisa histórica poderá resolver certos casos.

É possível fazer, desse tipo de palavras, uma descrição não-contraditória e simples — entendendo *simples* como *abrangente*. Segundo Hjelmslev (1971, p. 197), uma base só se define como verbo ou nome pelos morfemas extensos ou intensos que a ela se articulam, o que se aplica aos casos em questão:

Deixando de lado o esquema da língua e voltando ao uso que dela se faz, vemos que o povo, criador e dono da língua, continua a usar o processo, dizendo com muita propriedade: "estou num *sufoco*", "ele fez um tremendo *agito*", "amanhã dou um *chego* na tua casa".

Outro problema a discutir é a parassíntese, denominação que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) aboliu, embora o fenômeno exista e persista: é a derivação simultaneamente prefixal e sufixal. Prefixo e sufixo teriam certa semelhança com significantes descontínuos, que se articulam a uma base em um

mesmo momento. Único exemplo nominal de parassintético é *desalmado*; os demais são verbos, que se formam sobre substantivos ou adjetivos.

A nosso ver, há na parassíntese um problema não resolvido, pois seria necessário estabelecer aí duas subcategorias: os parassintéticos que se formam com prefixo e sufixo (en*tern*ecer, es*clar*ecer, a*manh*ecer) e os que se formam apenas com prefixo e desinências verbais (en*gavet*ar, es*burac*ar, a*clar*ar). Considerar a existência de sufixo no segundo grupo exigiria uma redefinição de sufixo que englobasse os morfemas flexionais do verbo; mas as gramáticas costumam sempre diferençar sufixo derivativo de vogal temática e desinências (morfemas flexionais). Por outro lado, se optarmos por uma distinção entre duas subcategorias, será necessário redefinir a própria parassíntese, com base apenas no fator *simultaneidade*.

Existem ainda outros processos para formar palavras: a reduplicação, a abreviação e a lexicalização de siglas e onomatopéias.

Sobre a reduplicação, vale lembrar que, em outras línguas, como o latim e o grego, ela tem valor gramatical. Em português, é somente um recurso para criar palavras, mas em área muito reduzida, marcada sempre pela expressividade (papai, mamãe, vovô, titio, Totó, Cacá, Vivi, Nhonhô, Nhanhã).

As siglas são formadas pelos fonemas (Ipesp) ou pelas sílabas (Arena) *iniciais* de denominações complexas. Mas nem sempre os fonemas são encadeados, como nesses exemplos; por vezes a sigla é uma seqüência dos nomes das letras, como *PMDB*.

Detém-se aí a vitalidade do processo. Sobre ele, porém, pode instalar-se aquele que é o mais ativo entre todos: a derivação. E assim se formam *peemedebista*, *pessepista*, *arenista*, *udenista* — que são derivados sufixais.

Outro processo bastante limitado é a abreviação de alguns compostos formados de radicais gregos ou latinos, e mesmo vernáculos. De *cinematógrafo* se fez *cinema*, e, depois, *cine*; há diferenças de significado, envolvendo a técnica, o instrumental, a arte, a casa onde se projetam filmes. *Auto* e *moto* são abreviações de *automóvel* e *motocicleta*; por derivação, *motoca* e *motoqueiro*. Interessante pela discordância de gênero é "um *curta*", abreviação de *curta-metragem*, com omissão da palavra *filme* (um filme de curta metragem, um curta-metragem, um curta). E não confundir com "um *curto*", que é o que sobrou de *curto-circuito*.

Onomatopéias podem dar origem a palavras quando se gramaticalizam com morfemas de nome ou de verbo. Geralmente são reduplicações: *o ziguezague/ziguezaguear*; o *tique-taque/tiquetaquear*; o *zunzum/zunzunar*.

Alguns escritores criam seu próprio sistema de formação de palavras, ou fazem combinações novas que são extremamente expressivas. Mas não "pegam", porque são atos individuais de fala, e a língua é um sistema criado inconsciente e coletivamente pela comunidade de falantes.

Além de discutir esses casos particulares, queremos encerrar estas considerações sobre a formação de palavras com novas reflexões sobre os afixos. Em primeiro lugar, é preciso ver por que eles são considerados por muitos autores como *gramemas* (ver p. 34). Em outras palavras: qual é, e que extensão tem a sua gramaticalidade.

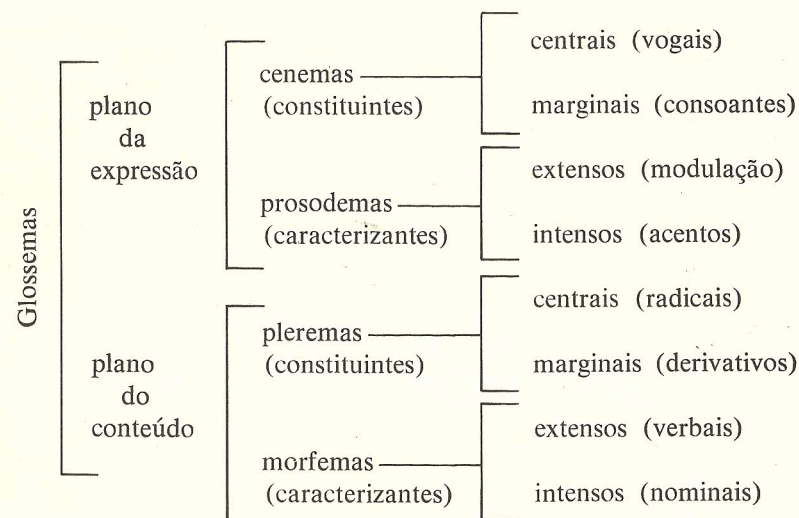
É evidente que, se considerarmos apenas a capacidade articulatória, todas as peças do jogo são igualmente gramaticais. Mas estamos entendendo essa característica como a propriedade de avançar além do vocábulo, para situar e amarrar as palavras dentro dos sintagmas, e estes entre si para construir unidades mais complexas.

Entre prefixo e sufixo há semelhanças (ambos geram palavras novas) e diferenças não apenas distribucionais (posição anterior ou posterior ao radical), mas também qualitativas, relacionadas com o fator *gramaticalidade*. Tanto um como outro aduzem um novo significado ao lexema, enriquecendo-o ou transformando-o. Ao sentido básico de *pôr*, os prefixos *re-*, *com-*, *trans-*, *im-* (*in-*) e *dis-* acrescentam significados novos. O mesmo fazem os sufixos: ao radical *am-* podem articular-se, sucessivamente, os sufixos *-or*, *-os*(a), *-íssima*, *-mente*, sempre aduzindo um significado novo.

Os prefixos, porém, não alteram gramaticalmente o resultado; no exemplo dado, o derivado é sempre um verbo. O sufixo, além de aduzir novo significado, traz consigo informações gramaticais que não existem no prefixo; há sufixos formadores de substantivos (lealdade, vendagem, dormitório, vencedor), de verbos (realizar, gotejar, dormitar, favorecer), de adjetivos (normal, ro-

mano, amável, teimoso) e de advérbios (plenamente). Eles têm, portanto, a propriedade de distribuir as novas palavras em quatro grupos ou classes de palavras, que vão ter comportamento gramatical específico dentro da frase.

O sufixo tem, portanto, um tipo de gramaticalidade que falta ao prefixo. Contudo, as palavras formadas só adquirem plena potencialidade gramatical com os morfemas flexionais, que as interligam na frase; ou quando se articulam com outras palavras que são, elas próprias, instrumentos gramaticais.

Todavia, a condição de prefixos e sufixos, como elementos transformadores do significado básico do lexema, deixa-os muito próximos ao valor deste tipo de morfema, o que suscita a dúvida: não seriam os afixos morfemas lexicais? Para Hjelmslev, são. Será um dado a mais para reflexão comparar sua classificação das unidades da língua, os *glossemas* (do grego *glossa*, língua), com a que já conhecemos. A terminologia diferente está a serviço de um *substratum* teórico diferente; mas, superficialmente, podemos ver correspondência entre *cenema* e fonema; entre *plerema* e lexema. E é preciso observar que *morfema*, no quadro, é uma referência específica às unidades flexionais [6].

[6] LLORACH, Emilio Alarcos. *Gramática estructural*. 2. ed. Madrid, Gredos. 1974. p. 48.

Mesmo sem analisarmos aqui a teoria que sustenta essa classificação, alguma coisa podemos aproveitar do quadro anterior. Por exemplo, o perfeito isomorfismo entre os dois planos, que contribui para dar à teoria uma coerência inquestionável. Mas o que nos interessa, no momento, é sua concepção dos afixos derivativos: são também pleremas, como o radical, diferindo deste por serem marginais. Sabemos que o marginal pressupõe o central, mas que o inverso não é verdadeiro; quer dizer, afixos precisam de um radical, mas o radical não precisa de afixos. São segmentos opcionais na estrutura do vocábulo, e seu emprego depende exclusivamente da informação léxica que o falante quer incluir em sua mensagem.

Realmente, o que caracteriza uma ou outra classe de palavras são os morfemas que se articulam ao radical — acrescido ou não de pleremas marginais. Para o verbo, vogal temática tônica (*-á-*, *-ê-*, *-i-*) e morfemas modo-temporais e número-pessoais; para o nome, vogal temática átona (*-a*, *-e*, *-o*) e morfemas de gênero e número.

3
Sintaxe

> ...quando o melhor amor se insinua nas letras
> trama os sintagmas
> escala as pautas e nas ameias
> instala a bandeira da frase
> informe e trêmula
> no seu bordado desfigurativo... [1]

Que nos perdoe o poeta por fazermos de seu belo poema uma leitura tão linear. Poetas sabem de tudo — de amor e de sintaxe. Mas pedimos licença para ficar só com a sintaxe, pois quem diria melhor o mistério da verbalização, que, passo a passo, "trama os sintagmas", "escala as pautas", "e nas ameias instala a bandeira da frase"?

Façamos essa redutora leitura apenas sintática do poema.

a) "trama os sintagmas" — A expressão é ambivalente: podemos entender que se tece a rede estrutural (portanto, interna) dos sintagmas, e também que se amarram os sintagmas entre si, em urdidura gramatical mais alta. As duas interpretações são, de um ponto de vista sintático, corretas.

b) "escala as pautas" — A modulação é um componente lingüístico da frase. Envolve *entonação* (linha melódica) e *ritmo* (arranjo de sílabas fortes e fracas; de ictos e cesuras; de movimentos acelerados e lentos), ambos traduzíveis na pauta musical.

---

1 PINTO, Edith Pimentel. O modo. In: —. *Artes de gramática*. São Paulo, 1983. p. 11. (mimeogr.)

c) "e nas ameias instala a bandeira da frase" — Sintagmas estruturalmente organizados e relacionados entre si constituem o material morfossintático que, dotado de modulação adequada, se erige em frase.

Nos dois últimos versos, o drama do poeta, que não crê ter chegado nunca à expressão exata do pensamento, e vê na sua trêmula frase-bandeira apenas um "bordado desfigurativo". Não sofremos esse drama: o poeta disse tudo que precisávamos saber sobre a frase.

Tipos frasais

O termo *frase* tem uma abrangência muito grande, o que o torna pouco preciso. Ficaremos, aqui, com a concepção de frase como unidade de comunicação — quaisquer que sejam suas dimensões e sua estrutura, desde que essa unidade "escale a pauta" em modulação adequada. Mas o que nos interessa, no momento, é considerar as diversas estruturas que nos permitem "instalar a bandeira da frase".

Interjeições

As interjeições (TESNIÈRE, 1969, p. 98) não são um tipo de vocábulo, embora a gramática oficial se aferre à tradição e as considere uma décima classe de palavras. Não são vocábulos porque, não se constituindo de morfemas, desconhecem a articulação mórfica (primeira articulação); apresentam apenas a articulação fonológica (segunda articulação) e, por vezes, até configurações fonemáticas insólitas na língua.

Assim, *ai*, *ui*, *epa*, *oba* não são morfemas, nem contêm morfemas. Poderão ser vocábulos se ocorrerem em um contexto sintático específico, como "meus ais de amor", em que *ais* tem gênero, número, um radical, e é núcleo de um sintagma nominal. Não é interjeição: é substantivo.

As interjeições são, na verdade, um tipo rudimentar de frase, sem estrutura mórfica ou sintática; mas são dotadas de entonação vária, que as torna capazes de exprimir modalidades diversas: interrogativa (*hem? ahn?*), imperativa (*pst! cht!*), optativa (*oxalá*), exclamativa (*epa! oba!*), negativa (*hum-hum, ahn-ahn*).

Seus conteúdos significativos, que não se localizam em partes específicas, são expressos globalmente, de maneira informe e desarticulada.

Frase nominal: rese

Um segundo tipo de frases é constituído de qualquer dos elementos secundários que, na oração, se organizam em torno do verbo. Buyssens [2] chama-lhes *reses*. Tesnière (1969, p. 99-101) denomina-as de acordo com a classe da palavra que é seu centro e ponto mais alto:

- frase substantival: "O *crime* do padre Amaro", "*Viagem* ao centro da Terra";
- frase adjetival: "*Bonitinha*, mas *ordinária*";
- frase adverbial: "*Perto do coração* selvagem", "*Sob o sol* de Satã".

A mais freqüente é a que tem como centro um substantivo, que não se relaciona com nenhum verbo na condição de seu sujeito ou complemento. Pode estar em relação sintática apenas com seus próprios subordinados — adjuntos e complementos — que poderão até assumir forma oracional. Por ser formada de apenas um substantivo, também a chamam *frase nominal unimembre*. Não é raro que ocorram em seqüência centros substantivais ligados por coordenação; é um recurso descritivo comparável à técnica dos pintores pontilhistas, que compõem seus quadros com "pinceladas justapostas" [3]. Vejamos o resultado a que chega Machado de Assis com o emprego desse tipo frasal.

> *Soluços*, *lágrimas*, *casa* armada, *veludo* preto nos portais, um *homem* que veio vestir o cadáver *outro* que tomou a medida do caixão, *caixão*, *essa*, *tocheiros*, *convites*, *convidados* que entravam, lentamente, a passo surdo, e apertavam a mão à família, alguns tristes, todos sérios e calados, *padre* e *sacristão*, *rezas*, *aspersões* d'água benta, o *fechar* do caixão, a prego e martelo, seis *pessoas* que o tomam da essa, e o levantam, e o descem a custo pela escada, não obstante os gritos, soluços e novas lágrimas da família, e vão até o coche fúnebre, e o colocam em cima e traspassam e apertam as corrêas, o *rodar* do coche, o *rodar* dos carros, um a um... [4]

[2] Buyssens, Eric. *Semiologia e comunicação lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1972. p. 131-2.
[3] Vivaldi, G. Martin. *Curso de redacción*. 8. ed. Madrid, Paraninfo, 1970. p. 108.

Os substantivos (e um pronome substantivo) grifados constituem uma seqüência de frases nominais: nenhum deles se subordina a um verbo (o que configuraria uma frase verbal). A alguns se articulam elementos subordinados: adjuntos adnominais (casa *armada*; veludo *preto*); orações adjetivas [um homem *que veio vestir o cadáver*; seis pessoas *que o tomam* (...) *e o levantam, e o descem* (...) *e vão* (...) *e o colocam* (...) *e traspassam e apertam*]; complementos nominais (aspersões *d'água benta*, o fechar *do caixão*). Quando termina, sempre em frases nominais, a descrição do velório e da saída do cortejo fúnebre do pai de Brás Cubas, Machado conclui, pela mão de seu defunto autor:

> Isto que parece um simples inventário, eram notas que eu havia tomado para um capítulo triste e vulgar que não escrevo [5].

Com sua peculiar ironia, nega-se a escrever um capítulo que, na verdade, vem de arrematar. Voltando seus olhos críticos para o que acabou de escrever, faz um comentário metalingüístico sobre a sintaxe do longo período: "um simples inventário", "notas que eu havia tomado". Exatamente isso: notas. Como as que tomamos quando vamos ao supermercado: manteiga, queijo-de-minas, papel de alumínio, embalagens para congelados, biscoitos daqueles que eu comprei outro dia.

O comentário final, contrastivamente, é formulado em um período complexo, com quatro frases verbais articuladas em rigoroso arranjo sintático.

Frase nominal: dirrema

Também chamado *frase nominal bimembre*, o *dirrema* já apresenta um embrião de estrutura oracional, mas é, igualmente, desprovido de verbo. Consta de dois elementos nominais que se relacionam sintaticamente à semelhança de sujeito e predicado.

[4] Assis, J. M. Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1975. p. 173.
[5] Id. ibid., p. 173.

Como essas denominações dizem respeito à oração (frase verbal), seus equivalentes na frase nominal são ditos *tema* e *rema*: o primeiro, um substantivo; o segundo, um substantivo ou adjetivo.

- "*Inúteis* os *cuidados* com os bichos moribundos." [6]
  (rema) (tema)

Na ordem direta (tema-rema), uma pausa na modulação da frase estaria a indicar que não se trata de substantivo e adjunto: "Os cuidados, inúteis". Velha herança indo-européia, essa estrutura continua viva e atuante; mantém informados os passageiros do metrô de São Paulo: "Próxima estação, Liberdade". Esta frase é estruturalmente idêntica à frase latina analisada por Hjelmslev no ensaio "Le verbe et la phrase nominale" (1971, p. 174-200):

- "*Omnia praeclara rara*".
  (Todas as coisas excelentes, raras.)

Praeclara e *próxima* são adjuntos adnominais dos temas *omnia* e *estação*; *rara* e *Liberdade* são os remas. Em ambas as frases, nenhum verbo. A modulação da frase, apoiada na pausa (em português, marcada graficamente pela vírgula), é um componente sintático supra-segmental; Hjelmslev esclarece a sua função com um jogo de palavras, dizendo que a modulação é o verbo da frase nominal, e o verbo é a modulação da frase verbal. Em sua análise, faz-nos ver que as categorias frasais de modo, tempo e aspecto estão presentes, com morfema zero, nessas estruturas sintáticas: indicativo, presente, durativo. São formas não-marcadas, que, por isso mesmo, se prestam à expressão de asserções universais e eternas. *Omnia praeclara rara* — em qualquer tempo e lugar.

Hjelmslev (1971, p. 192, nota 2) menciona o surgimento, na baixa latinidade, de frases nominais optativas, com morfema zero também para subjuntivo, na situação específica de rema representado por um SP: *Dominus vobiscum*. Tem estrutura idêntica a frase "Ao vencedor, as batatas", em que *ao vencedor* é o rema, e *as batatas*, o tema. A intuição do falante percebe, na

[6] RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1945. p. 146.

frase machadiana, modalidade optativa, modo subjuntivo, tempo presente, voz passiva — sem que se configure, porém, qualquer lexema verbal.

Existe sempre a tentação perigosa de supor, nesse tipo de frase, a elipse do verbo *ser*. Tentação, porque parece facilitar a compreensão do fato; e perigosa, porque induz em erro. Na verdade, não se pode fazer elipse de algo que não existe. Historicamente, a frase nominal precede a frase com o verbo *ser*, que entrou tardiamente nessa estrutura frasal, pela necessidade de comutação para exprimir categorias marcadas, notadamente a de tempo (passado ou futuro).

A suposição da existência de qualquer outro verbo, em tais frases, é uma alteração da essência do texto. Que verbo introduzir nas frases nominais que usamos há pouco — "o primeiro, um substantivo; o segundo, um substantivo ou adjetivo"? Já vimos que não é o verbo *ser*. Será "estrutura-se com"? "constitui-se de"? "é formado por"? Qualquer conjectura, por mais normal que seja o resultado, introduz no texto algo que ali não estava: um lexema verbal. Sem o verbo, estão presentes na frase os gramemas frasais, e é apenas isso que pretende quem usa tal estrutura sintática.

Frase verbal: oração

Alguns consideram também como nominal a frase com verbo *ser* (oração com predicado nominal); o dirrema seria, então, a "frase nominal pura" [7]. Trata-se de uma análise mais léxica do que sintática, pois o verbo *ser*, com mais propriedade do que qualquer outro, atribui à frase um caráter verbal. Por ter o lexema semanticamente esvaziado, ele se transformou em verdadeiro gramema verbal — "a idéia verbal em estado puro, o verbo por excelência" (HJELMSLEV, 1971, p. 174), que tem o poder de elevar à função de predicado qualquer nome que a ele se articule. Em algumas línguas, o verbo *ser* comporta-se como uma forma presa que se articula morficamente a nomes, dando origem a verbos.

E assim chegamos à frase verbal, a *oração*, que veremos com mais vagar por ser, em termos de freqüência, o tipo frasal

[7] VENDRYES, J. *Le langage*. Paris, Albin Michel, 1950. p. 144-5.

dominante em português. Antes, porém, é necessário refletir sobre o princípio organizatório da frase, sobre os grupos sintáticos que ele produz, sobre os meios que esse princípio, totalmente abstrato, utiliza para se instalar, e sobre as manifestações concretas com que ele se evidencia.

Organização da frase

Conexão

É esse o nome que Tesnière (1969, p. 11-4) dá àquela energia que imanta as palavras e as faz organizarem-se em sintagmas, e estes em orações. Usamos as palavras *energia* e *imantar*, pouco usuais num contexto gramatical, para salientar o caráter abstrato das relações sintáticas, que é algo que se instala independentemente de concretizações de qualquer natureza. Em "João sai" não há apenas dois elementos sintáticos, mas três: "João", "sai" e a conexão sintática, que articula os dois e inaugura uma unidade de nível superior: a oração.

A *conexão* é uma relação de dependência que se estabelece entre dois elementos; desses, um é o central, o outro é o marginal. O marginal pressupõe o central, mas o inverso não é verdadeiro. Na sílaba, a consoante pressupõe a vogal; no vocábulo, afixos pressupõem um radical; no sintagma nominal, artigo e adjetivo pressupõem um substantivo; na oração, o pressuposto é o verbo, elemento central com que se articulam os demais, imediata ou mediatamente.

Muitas de nossas gramáticas, certamente orientadas pela NGB, que é um roteiro oficial, não aproximam as noções de *regência* e *subordinação*, só mencionando esta última palavra quando vão tratar do período composto. Ora, quando as palavras se organizam em sintagmas, e estes em orações, fazem-no graças à conexão entre um termo central (regente, subordinante) e um termo marginal (regido, subordinado). O dirrema e a frase verbal (oração) organizam-se por subordinação. Nenhuma frase se formaliza unicamente pela coordenação de seus termos; na verdade, coordenam-se termos em uma frase já estruturada por subordinação. Seqüências de nomes coordenados não constituem uma estrutura frasal: cada um deles é, por si, uma frase nominal unimembre.

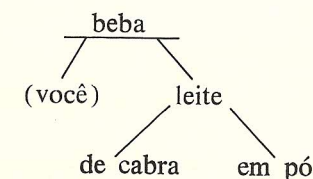
Ordem estrutural e ordem linear

Quando o falante de uma língua depara com um conjunto de duas palavras, intuitivamente é levado a sentir entre elas uma relação sintática, mesmo que estejam fora de um contexto mais esclarecedor. Se for o conjunto *fala viva,* por exemplo, ele poderá interpretá-las como (SAPIR, 1971, p. 70):

- uma *fala* (expressão) *viva* (*vivaz*, fluente);
- alguém *fala* (diz) a palavra *viva*;
- *fala* (imperativo: tu) a palavra *viva*;
- ela *fala* (estando) *viva*;
- que a *fala* (substantivo) *viva* (subjuntivo optativo)[8].

Assim, além de captar o sentido básico das duas palavras, o receptor atribui-lhes uma gramática — formas e conexões. Isso acontece porque ele traz registrada em sua mente toda a sintaxe, todos os padrões conexionais possíveis em sua língua, o que o torna capaz de reconhecê-los e identificá-los. As duas palavras não estão, para ele, apenas dispostas em ordem linear: estão organizadas em uma ordem estrutural (TESNIÈRE, 1969, p. 19-25).

A diferença entre ordem estrutural e ordem linear torna-se clara se elas não coincidem, como nesta frase que um aluno criou em aula de redação, quando todos deviam compor um texto para *outdoor,* sobre uma fotografia da célebre cabra de Picasso: "Beba leite de cabra em pó!". Como todos rissem, o autor da frase emendou: "Beba leite em pó de cabra!".

Pior a emenda do que o soneto. Mas a frase foi ótima para perceberem o constrangimento (às vezes insolúvel) que a ordem linear impõe, visto que nem sempre é possível seguir, palavra por palavra, os caminhos da ordem estrutural. Todos, porém, com a intuição de falantes nativos, haviam captado a ordem estrutural, a sintaxe da frase:

[8] Substituímos o exemplo inglês por um em nossa língua.

Num processo de comunicação verbal, quando o emissor produz uma frase, faz uma dupla escolha: a dos conceitos que quer transmitir, e a do arranjo gramatical que dará forma a seu pensamento. Ao formular concretamente sua frase, porém, tem de submeter-se à dimensão do tempo, que transcorre numa linha única; por esse motivo, a ordem estrutural, que é toda uma armação abstrata, mas pluridimensional, deverá conformar-se à linearidade da frase realizada.

Inversamente, ao ouvir uma frase — que lhe chega linearmente, palavra após palavra, som após som —, o receptor capta e reconhece as conexões sintáticas que a estruturam, e reconstitui em sua mente a rede de relações que seu interlocutor escolheu para compor a mensagem.

Para que essa miraculosa transferência de mente a mente se opere, é necessário que ambos os interlocutores possuam os registros das combinações sintáticas possíveis na língua em questão. Quando se trata da língua materna, a sintaxe é haurida à medida que a criança ouve o que lhe dizem, ou o que se diz a sua volta; e, num espaço de tempo espantosamente pequeno para a grandeza do mistério, estará apta a criar frases diferentes das que ouviu, realizando combinações novas com os padrões sintáticos que já fixou.

Instrumentos de conexão

Como já vimos, a conexão sintática impõe-se por sua própria força, sem precisar necessariamente valer-se de instrumentos operacionais. Contudo, nem sempre ela age assim, pois também é necessário diferenciar objetivamente termos com funções diferentes. Dois recursos estão a seu dispor para que ela possa operar essas diferenciações: as palavras instrumentais e a colocação (das palavras no sintagma, e dos sintagmas na oração).

Palavras instrumentais

São as preposições, as conjunções subordinativas e os pronomes relativos.

Preposições e conjunções não exercem na frase qualquer das funções arroladas pela gramática tradicional, mais lógicas do que sintáticas: não são sujeito ou predicado, nem complemento ou adjunto. Mas exercem, sim, importante função gramatical, especificamente sintática, visto que são fatores de conexão em várias circunstâncias articulatórias.

A preposição articula-se com um substantivo (ou qualquer outro valor substantival), constituindo com ele uma unidade sintática, o sintagma preposicional (SP):

- com | ele |
- para | conversarmos um pouco |
- de | laranja |

Uma vez estruturado o SP, a preposição opera a conexão do conjunto com um termo exterior ao sintagma, pois ela é um gramema exofórico. Em relação a esse outro termo é que o SP, como unidade sintática, vai exercer uma determinada função.

- saí | com ele | (adjunto adverbial)
- vim | para conversarmos um pouco | (oração subordinada adverbial; equivale a um adjunto adverbial)
- gostamos | de laranja | (objeto indireto)

De um SP isolado, conhecemos a estrutura; mas só chegaremos a sua função quando identificarmos a palavra com que se relaciona — pois estrutura é algo "de dentro", e função é algo "para fora". Já vimos o SP *de laranja* como complemento verbal; mas ele pode estar em conexão com um nome:

- doce | de laranja | (adjunto adnominal)
- espremedor | de laranja | (complemento nominal, que está para o nome assim como o complemento verbal está para o verbo: *espremer laranja*)

O que a preposição faz com o substantivo, a conjunção subordinativa faz com o verbo: articula-se com ele, formando um verdadeiro *sintagma conjuncional* [9], que é a oração subordinada, e

[9] Demos este nome ao conjunto à semelhança de *sintagma preposicional*. Na verdade, seria mais correto dizer *sintagma preposicionado*, por tratar-se de um sintagma nominal dotado de uma preposição. Mantivemos, porém, o termo de uso mais freqüente.

operando em seguida a articulação do conjunto oracional com um termo exterior, pertencente a *outra* oração — pois a conjunção também é um gramema exofórico.

- daqui não saio
- que ⌊ daqui não saio ⌋
- já lhe disse ⌊ que daqui não saio ⌋
- o presidente entrou
- quando ⌊ o presidente entrou ⌋
- todos cantaram o hino ⌊ quando o presidente entrou ⌋

O pronome relativo é um termo de dupla face, o que sua denominação já diz: na condição de *nome*, comporta-se como substantivo (*que*, *o qual*) ou adjetivo (*cujo*), podendo exercer, dentro de sua oração, as funções próprias dessas classes; como *relativo*, tem exatamente o comportamento das conjunções subordinativas, que acabamos de ver. E mais: sendo *pronome*, repete anaforicamente o conteúdo semântico de uma palavra anterior e exterior a sua oração. Tal palavra é "o outro" — o functivo com o qual a oração relativa, como um todo, entra em conexão.

- o diretor chamou o aluno × o aluno representava a classe (o aluno = que)
- o diretor chamou o aluno ⌊ que representava a classe ⌋

Ao contrário da conjunção, que tem somente função interoracional, o pronome relativo tem, também, uma função intra-oracional; neste caso, é sujeito de "representava", como era "o aluno" na segunda oração.

Ordem

A linearidade, como vimos, é uma contingência da linguagem verbal, que se desenrola na linha do tempo. Não confundi-la, porém, com *ordem*, conceito que subentende um arranjo dentro da linearidade.

A ordem das palavras no sintagma, ou a dos sintagmas na oração, não é arbitrária; pelo contrário, obedece a certos padrões de colocação, que contribuem para estabelecer as diferenças entre as línguas[10].

Além disso, a ordem das palavras pode ser, por vezes, fator determinante de uma conexão sintática.

Vejamos sucintamente os padrões de colocação que constituem a ordem normal em português, entendendo *normal* como de maior freqüência. O elemento grifado é o pressuposto de cada construção: seu termo central.

- Oração: sujeito — *verbo* — complemento (SVC)
- SN (sintagma nominal): determinante — *substantivo* — adjetivo
- SA (sintagma adjetival): intensificador — *adjetivo*
- SV (sintagma verbal): *verbo* — SN — SP

O sintagma preposicional (SP) é, como já vimos, o resultado da conexão entre uma preposição e um sintagma nominal, nessa ordem — motivo óbvio para a denominação dessa classe de palavras.

No terreno da frase, a ordem dos fatores pode alterar o produto. Quer dizer, a ordem pode funcionar como procedimento gramatical; em frases como "o menino viu o palhaço" e "o palhaço viu o menino", é o único índice de função (sujeito ou objeto direto).

Esses padrões de ordem não são invioláveis, como ocorre com a ordem irreversível dos morfemas no vocábulo, sintagma bloqueado. Em nível de estruturação sintática, há inversões possíveis, mas sempre com alteração, mais leve ou mais radical, da mensagem que se construiu conforme os padrões da língua. Essa alteração vai desde um pequeno efeito de expressividade ou de uma profunda mudança semântica, até uma reorganização dos termos da frase, com troca de parceiro nos pares de functivos. É o que ocorre no último exemplo, em que vai mudando a incidência de *só* sobre seu subordinante:

- meu filho / filho meu

---

[10] Consultar: SAID ALI, M. *Gramática secundária*. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1965. p. 198-216; BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 19. ed. São Paulo, CEN, 1973. p. 322-9; LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. 3. ed. Porto Alegre, Globo, 1976. p. 122-6.

- esta palavra / palavra esta (que. . .)
- alguma coisa / coisa alguma (negação)
- olhos lindos / lindos olhos
- uma estrela surge / surge uma estrela
- eu quero sorvete / sorvete, eu quero (não outra coisa)
- você é bobo / bobo é você (não eu)
- *só* ele grita comigo (ninguém mais)
  ele *só* grita comigo (nunca fala de outro jeito)
  ele grita *só* comigo (com ninguém mais)

A análise em constituintes imediatos, mais adiante, vai esclarecer esse problema.

O aspecto da ordem mais comumente abordado pelas gramáticas (aliás, o único a que a NGB faz menção explícita) é sintaticamente irrelevante: a posição dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo. A rigor, esse é um problema de natureza prosódica, determinado pela formação de diferentes combinações de sílabas fortes e fracas. Em qualquer das três posições, não se altera a conexão sintática do pronome com o verbo, do qual ele continua sendo o mesmo complemento, tanto em ênclise, quanto em próclise ou mesóclise.

Manifestações da conexão

Embora a articulação sintática seja uma força que atua em nível de abstração, ocorrem na frase manifestações concretas dessa relação, por meio da alteração flexional de palavras em conexão; estas passam, assim, a coincidir em suas categorias gramaticais.

A concordância é, dos fatos gramaticais, o que mais claramente evidencia a imbricação entre morfologia e sintaxe, pois, sendo uma alteração mórfica, que se passa no corpo das palavras, é também de natureza sintática, visto que só corcordam entre si termos entre os quais se estabelece uma conexão: verbo e sujeito, substantivo e seus adjuntos (artigo, numeral, pronome adjetivo, adjetivo).

Embora norma em português, a concordância não é fator causal da relação sintática; é apenas um sintoma superficial. Tanto

que, se deixar de realizar-se, nem por isso se altera a conexão: articulam-se como sujeito e predicado, ou como substantivo e adjunto, tanto os concordantes "nós vamos" e "os meninos", quanto os populares e discordantes "nós vai" e "os menino". Também entre o verbo e seus complementos não há concordância; no entanto, amarra-os uma forte conexão sintática.

Neste momento, gostaríamos de equacionar com mais exatidão os vários aspectos que se observam nas relações sintáticas. A gramática tradicional, oficializada pela NGB, propõe uma "Divisão da sintaxe: a) de concordância; b) de regência; c) de colocação". Observe-se que esses três aspectos são apresentados como subdivisões do fenômeno *sintaxe*, sem que se esclareça a relação hierárquica que há entre eles:

- *regência* é a própria alma da sintaxe, pois diz respeito às relações de dependência entre as partes;
- *colocação* é apenas um dos procedimentos gramaticais de que se vale a língua para estabelecer a regência;
- *concordância* é o ocasional reforço morfológico de uma relação sintática, que existiria mesmo sem ele.

Estrutura da oração

> Certo, toda palavra boiará no papel,
> água congelada, por chumbo seu verbo [11].

O centro da oração

Por que o verbo?

De um ponto de vista lógico, poderíamos dizer que é o substantivo. Jespersen [12], ao hierarquizar os termos que se relacionam sintaticamente, coloca em posição superior o substantivo e, como elementos de segundo nível, o adjetivo e o verbo. Subordinando-se a ambos, em terceiro nível, o advérbio.

---

[11] MELO NETO, J. C. de. Op. cit., p. 21-2.

[12] JESPERSEN, Otto. *La philosophie de la grammaire*. Paris, Minuit, 1971. p. 119-38.

Podemos visualizar essa hierarquia do seguinte modo:

Diz a gramática tradicional, apoiando-se na lógica, que sujeito é o tema sobre o qual se diz algo; e predicado é o comentário que se faz sobre esse tema. Infere-se daí que o primeiro a surgir na mente do falante é o sujeito, pois só podemos falar sobre um tema se o tivermos presente em nosso espírito. Cronologicamente, portanto, o sujeito é pensado com antecedência, é o "já conhecido"; e o predicado é uma informação aduzida como "algo novo", até esse momento não conhecido.

Neste ponto do raciocínio, entram em conflito a lógica e a lingüística, como ciências autônomas, que usam métodos diferentes e se preocupam com objetos diferentes: o objeto da lingüística é a linguagem verbal — sistema de unidades articuladas, capaz de veicular pensamentos; e o objeto da lógica é o próprio pensamento veiculado de uma mente a outra. A parte da lingüística aqui interessada é a sintaxe, pois sujeito e predicado lógicos são oscilantes, e os sintáticos não o são.

Nas orações "ele chegou rapidamente" e "ele chegou de trem" [13], os termos *rapidamente* e *de trem* funcionam sintaticamente como adjuntos adverbiais de *chegou*. Em nível de articulação lógica do pensamento, "acham-se em uma relação predicativa com as palavras restantes da oração, *ele chegou*" [14], que constituem, em conjunto, o sujeito lógico. A inversão da ordem e o deslocamento do acento lógico (representado pelo grifo) nas frases "as crianças *chegaram*" e "chegaram *as crianças*" resultam em troca das funções lógicas de sujeito e predicado, o que sintaticamente não ocorre. Em orações mais complexas, as oportunidades de oscilação aumentam, como se pode ver nestes exem-

---

13 PANFILOV, V. Z. El nivel lógico-gramatical de la oración. In: —. *Gramática y lógica*. Buenos Aires, Paidós, 1972. p. 33-51.
14 Id. ibid., p. 50.

plos, em que grifamos sempre o predicado lógico, que é a informação nova:

- Meu pai viajou para o Rio *de avião*. (não de trem ou ônibus)
- Meu pai viajou *para o Rio* de avião. (não para a Bahia ou o Acre)
- *Meu pai* viajou para o Rio de avião. (não foi outra pessoa, foi ele mesmo)

Contudo, a sintaxe da frase é uma só, sem flutuações:

- sujeito: *meu pai*
- predicado: *viajou para o Rio de avião*

Os conceitos lógicos de sujeito e predicado transcendem a gramática da língua, pertencem a outra faixa de cogitações. Se pretendemos fazer uma "lingüística lingüística", como quer Hjelmslev, devemos esforçar-nos por ver como se passam os fatos *gramaticalmente*.

Já dissemos que os poetas sabem das coisas, e é verdade. Bóiam as palavras na água, mas não vão à deriva, seguras que estão por seu verbo-âncora. Para Tesnière (1969, p. 14-5), a palavra que "amarra" outra(s) a si, como subordinada(s), forma, com ela(s), um "nó"; e o verbo, ao qual todas se prendem, imediata ou mediatamente, constitui o "nó dos nós". É o centro da oração, como o Sol é o centro do Sistema Solar, diz o lingüista, meio dado a poeta. Aliás, a prática tradicional de análise intui esse fato, quando aconselha a identificar os verbos de um período, como primeiro passo para a delimitação e separação de orações.

Mas é em Hjelmslev (1971, p. 174-200) que vamos encontrar reflexões de ordem exclusivamente gramatical, com as quais é possível comprovar a hipótese de ser o verbo o centro gramatical da oração: é nele que se localizam os morfemas *frasais*. Conclusão inarredável: o vocábulo em que se encontram articuladas as marcas da frase é, necessariamente, seu coração e centro.

Vejamos, então, quais são os morfemas tradicionalmente considerados verbais, e que natureza lhes atribui Hjelmslev. Em primeiro lugar, as categorias de número e pessoa, que se encon-

tram cumulativamente em um só morfema, não pertencem ao verbo, mas ao sujeito; repetem-se no verbo por empréstimo, gerando a concordância, evidência mórfica de uma relação sintática, a contribuir com seu cimento para a coesão da frase. Em segundo lugar, as categorias de modo, tempo e aspecto, que também se abrigam cumulativamente em um morfema único, são, na verdade, frasais: a frase nominal bimembre (ver "tipos frasais", no início deste capítulo), que *não possui* verbo, apresenta, como morfemas zero, todos aqueles que são tradicionalmente ditos *verbais*. Em *omnia praeclara rara*, encontram-se o tempo (presente), o modo (indicativo) e o aspecto (durativo).

A voz, que em português não possui expressão sufixal, é reconhecida por todos como de natureza frasal. Não é à toa que se diz "esta frase está na voz ativa", ou "vamos passar esta frase para a voz passiva". Há nessa transformação um envolvimento não apenas do verbo (ativo/passivo), mas de toda a frase: sujeito/complemento agente e objeto direto/sujeito paciente.

Quando dois functivos contraem entre si uma função, o central é a *base* e o marginal é a *característica*. Dispensando as definições semânticas, Hjelmslev (1971, p. 195) conceitua *verbo* como uma base nua, desprovida de morfemas gramaticais; nesse espaço vago ("o lugar é bom porque está vazio", diz o lingüista) é que se alojam os morfemas frasais de modo, tempo e aspecto, e, em seguida, os de número e pessoa, que pertencem ao sujeito.

Quadro das conexões

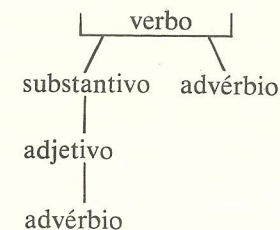
A oração é poeticamente comparada por Tesnière (1969, p. 102) a um pequeno drama, cujo enredo é o verbo; desse enredo participam no máximo três personagens, envolvidas de um modo ou de outro na trama. E a ação desenrola-se, como na vida, entre as mais variadas circunstâncias.

Enredo, personagens, circunstâncias.

Passando a usar uma linguagem especificamente gramatical, Tesnière estabelece uma hierarquia das relações sintáticas, em que o verbo ocupa o posto mais alto da oração. Em conexão imediata com ele estão os *actantes*, valores substantivos, e os *circunstantes*, valores adverbiais: aqueles, em número limitado (de zero a três); estes, em número teoricamente ilimitado. A frase "Jesus

morreu", por exemplo, com um só actante, é percebida pela intuição do falante como gramatical e completa. Mas pode ser ampliada com valores adverbiais, tantos quantos nossa imaginação conseguir: Jesus morreu — na cruz — com grande sofrimento — às três horas — numa sexta-feira chuvosa — sobre o monte Calvário — por causa da hesitação de Pilatos...

O número de actantes que se articulam com o verbo vai definir sua *valência*; o verbo do exemplo acima é monovalente, pois só tem um actante; outros serão divalentes, trivalentes, ou avalentes (os que não se relacionam com nenhum valor substantivo). Com os substantivos podem articular-se valores adjetivos, os *epítetos*, que se situam, portanto, em um terceiro nível.

O quadro da hierarquia sintática difere daquele que é proposto pela lógica, por ser o verbo o centro gramatical da oração:

Tesnière (1969, p. 53-91) classifica as palavras em dois grandes grupos: as que possuem um lexema (palavras "cheias") e as que não o possuem (palavras "vazias"). "Cheios" são, portanto, o substantivo e o verbo, e as palavras marginais que com eles se relacionam: o adjetivo e o advérbio. Tesnière (1953, p. 7-8) aloja-os em um quadro, representando cada classe por uma letra-símbolo:

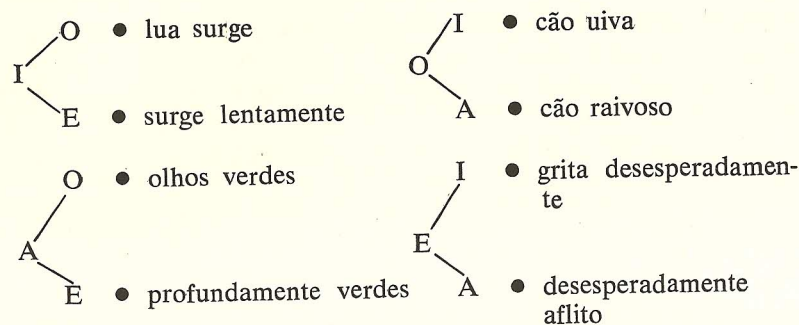
substantivo	verbo
adjetivo	advérbio

=

O	I
A	E

Ex.:

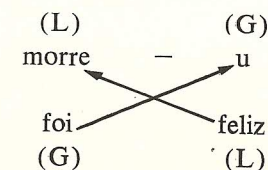
gato	arranha
arisco	furiosamente

O quadro é esclarecedor, entre outros motivos, porque — embora Tesnière não o tenha dito explicitamente — evidencia as possibilidades de relações entre as classes, pela vizinhança vertical e horizontal:

Translação de primeiro grau

Cada uma dessas classes de palavras pode assumir o comportamento de qualquer das outras três. É um recurso gramatical que permite um crescimento ilimitado das possibilidades de expressão. Em português não temos, por exemplo, um adjetivo para informar sobre a "natureza cebola" de uma sopa. Acebolada? Cebolenta? São idéias diferentes, não é isso que queremos dizer. O sistema põe à nossa disposição um recurso sintático que nos permite traduzir com fidelidade a idéia: sopa *de cebola*, em que o SP tem um comportamento adjetival sem ser adjetivo. A preposição, além de ser índice de função, opera aí um salto qualitativo: a *translação* (TESNIÈRE, 1969, p. 411-541), graças à qual o SP passa a ter um comportamento estranho ao de seu elemento central, que é um substantivo. Já encontramos um SP com valor adverbial (saí *com ele*) e outro com valor adjetival (doce de *laranja*). Em "gostamos de laranja" e "espremedor de laranja", porém, a preposição é apenas índice de função: no primeiro caso, temos um actante, que é valor *O* (objeto indireto); no segundo, ocorreu uma nominalização (*espremer/espremedor*) e o actante do verbo passa a actante do nome: "espremer laranja", "espremedor de laranja". É o complemento nominal. O mesmo ocorre com o complemento agente, que de actante na frase ativa passa a actante na frase passiva, sob a forma de um SP: "*o gato* comeu o rato", "o rato foi comido *pelo gato*".

Nem todo SP, portanto, constitui um caso de translação; só o será quando houver uma alteração de comportamento de uma palavra quanto a sua conexão superior (com seu subordinante). Isso não significa que ela tenha passado a outra classe, pois suas

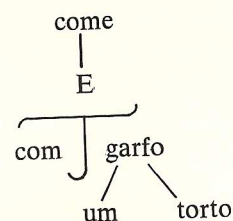
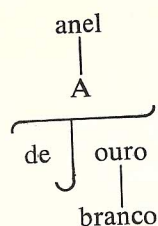
conexões inferiores (com seus subordinados) mostram que a classe da palavra permanece a mesma.

Além da preposição, também o verbo *ser* pode ser instrumento de translação: em uma operação *sui generis*, ele atribui a qualquer palavra, ou conjunto de palavras, o *status* de um verbo. Comparando os valores gramaticais e lexicais de *morreu* e *foi feliz*, veremos a similitude funcional dos morfemas envolvidos:

A diferença maior está no fato de que no primeiro as formas são presas, e no segundo são livres. Ambos os gramemas informam: pretérito perfeito, indicativo, 3.ª pessoa, singular. Aliás, em algumas línguas o verbo *ser* comporta-se como forma presa, articulando-se morficamente a um radical e gerando um novo verbo.

Cada núcleo significativo da frase tem uma dupla função: a função estrutural (articulatória) e a função semântica. No predicado nominal, essas funções são exercidas por vocábulos específicos, constituindo-se um núcleo *dissociado* ou *geminado*, em que as duas palavras convivem numa espécie de simbiose gramatical, cada uma se encarregando de uma função específica: ao verbo, cabe a função estrutural; ao predicativo, a função semântica.

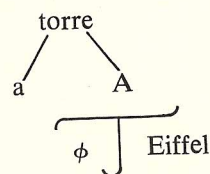
Caberia aqui uma crítica à gramática oficial, pelo papel secundário que ela atribui ao verbo *ser* quando diz que o núcleo do predicado nominal é o predicativo, e o verbo é apenas *de ligação*. Se foi graças a ele que o nome se elevou a predicativo, é no mínimo incoerente expulsá-lo do núcleo do predicado; seria mais justo e verdadeiro dizer, com Tesnière (1969, p. 46-7 e 72), que esse predicado possui dois centros, um estrutural e um semântico.

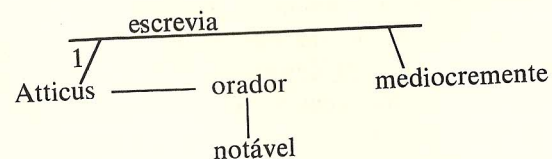
Podemos agora enriquecer a nossa análise com o símbolo da translação: a letra inicial da palavra, um ⊤ maiúsculo. À esquerda, o instrumento que opera a translação — o *translativo*.

À direita, o elemento que sofre a translação — o *transferendo*. Sobre a barra do ⌐J¬ , o resultado da translação, o *transferido*, assinalado por seu símbolo.

Observe-se que é o conjunto SP que funciona como *A* ou *E*, em sua conexão superior. Em suas conexões inferiores, *ouro* e *garfo* continuam substantivos.

É translação de primeiro grau aquela que atinge substantivos, adjetivos e advérbios, fazendo-os assumir o comportamento um do outro. Dos três casos, é mais freqüente a translação do substantivo, pela sua propriedade de articular-se com uma preposição, palavra instrumental que não raro opera a translação.

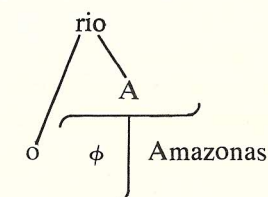
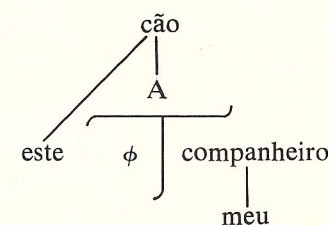
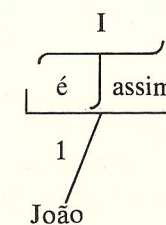
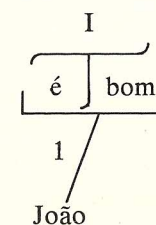
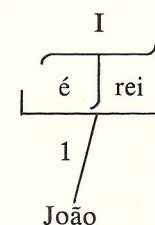
Tesnière (1953, p. 18) registra a ocorrência de translação sem translativo, em que um substantivo se comporta como *epíteto* (adjunto adnominal) de outro:

torre
a   A
ϕ   Eiffel

E considera diferente o caso do aposto, que seria uma *conexão horizontal* (1953, p. 5):

escrevia
1
Atticus ——— orador   mediocremente
notável

Os termos *conexão horizontal* soam contraditórios, pois Tesnière chama *conexão* à subordinação (1969, p. 13) e reserva a

linha horizontal para a coordenação (*junção*: 1969, p. 323 e segs.). Esclarece-nos (1969, p. 163-6) que o aposto é um *atributo* (predicativo) do substantivo fundamental.

Acreditamos que os dois casos se assemelham, por serem ambos um resíduo de oração subordinada (ver p. 96), o que lhes confere permanente *status* de subordinação. Na frase resultante, o translativo é zero, justificando idêntica notação gráfica:

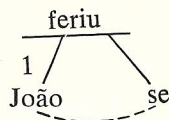
- este cão, meu companheiro...
- o rio Amazonas...

Substantivos, adjetivos e advérbios podem ser transferidos, pelo translativo verbo *ser*, à condição de predicativo:

Quando a translação atinge o verbo, a conseqüência é mais ampla e profunda, pois, sendo ele o centro da oração, arrasta consigo todos os seus componentes, e é a oração inteira que se vê transferida a um valor substantivo, ou adjetivo, ou adverbial. Configura-se a translação de segundo grau (ver "Complicação do período").

Estema

É o nome que Tesnière (1953) dá a uma representação gráfica das relações sintáticas das palavras na oração: no ponto mais

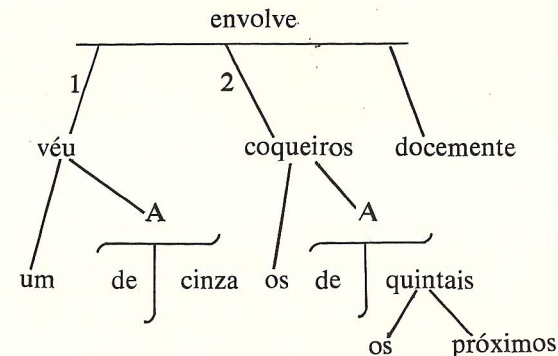
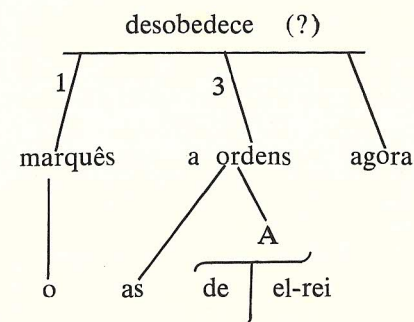
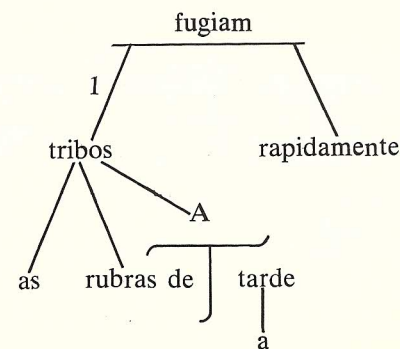
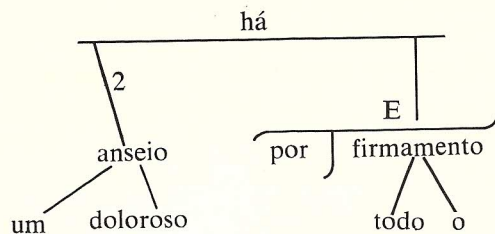
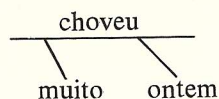
alto, o verbo; em segundo nível, à esquerda, os valores *O*, numerados de 1 a 3; no mesmo nível, os valores *E*, sem numeração, visto que não há limite definido para sua presença na frase. Sob os valores *O*, eventuais valores *A*, que são seus marginais. As letras simbólicas só são registradas quando há translação; nos outros casos, a própria distribuição dos termos no estema denuncia seu valor.

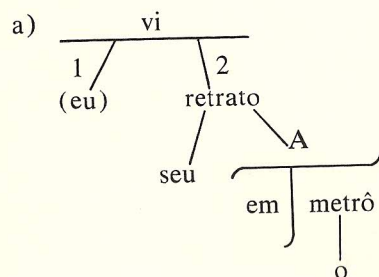
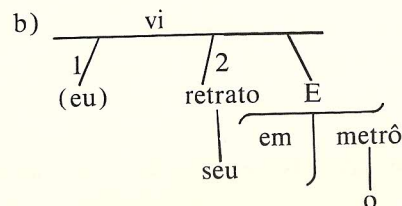
As conexões sintáticas são representadas por linhas retas contínuas (dor | forte). Referências apenas semânticas são registradas por uma linha curva segmentada, dita *linha anafórica* por simbolizar a anáfora — reiteração, sob forma pronominal, do conteúdo semântico de uma palavra mencionada anteriormente:

feriu
1 / \
João se

O pronome *se* reitera anaforicamente o conteúdo semântico "João"; sua conexão sintática, porém, é com o verbo, do qual é complemento.

Apresentamos agora — com um estema simbólico e, ao lado, o estema completo — os padrões oracionais mais freqüentes em português. Utilizamos propositalmente frases bem simples, alertando para o fato de que cada um dos termos pode desdobrar-se em dois (ou mais), o que significa que ambos têm a mesma função, a mesma conexão superior; é a coordenação de termos.

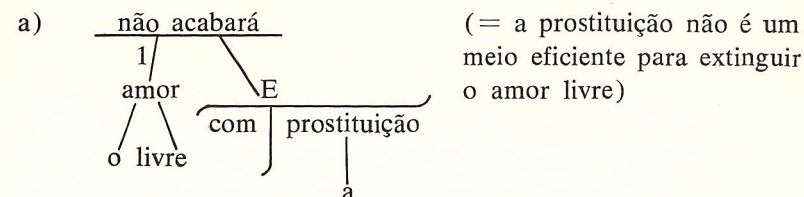
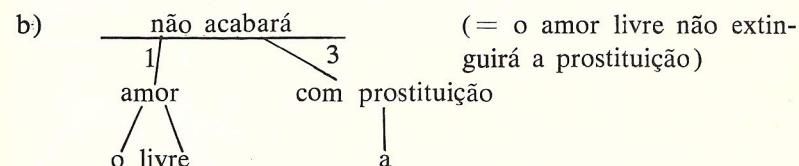
- Duas coisas prega hoje a Igreja a todos os mortais.

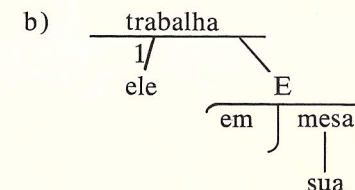
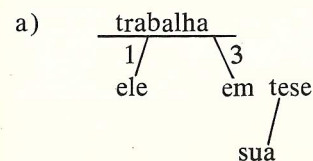
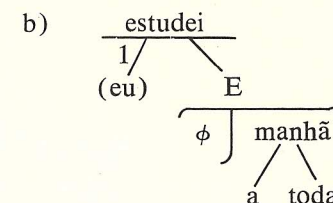
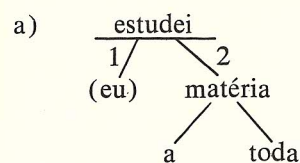
- Um véu de cinza envolve docemente os coqueiros dos quintais próximos.

- O marquês desobedece agora às ordens de el-rei?

- As tribos rubras da tarde rapidamente fugiam.

- Há por todo o firmamento um anseio doloroso.

- Choveu muito ontem.

A prática da análise estemática pode ajudar-nos a compreender problemas de estrutura. Vejamos alguns casos.

1) A ambigüidade sintática resolve-se no estema, que revela a possibilidade de conexões diferentes, como nesta frase proposta em um exame vestibular: "Vi seu retrato no metrô".

(= você foi fotografado no metrô; eu vi esse retrato em um lugar não especificado)

(= você foi fotografado em um lugar não especificado; eu estava no metrô, onde vi o seu retrato)

2) Outro equívoco desfeito pelo estema é o do valor *O* ou *E* de termos que têm a mesma estrutura, mas não a mesma função, em orações fonomorfologicamente iguais; como a análise es-

temática opera sobre a frase realizada, não se cogita de pesquisa em outro nível.

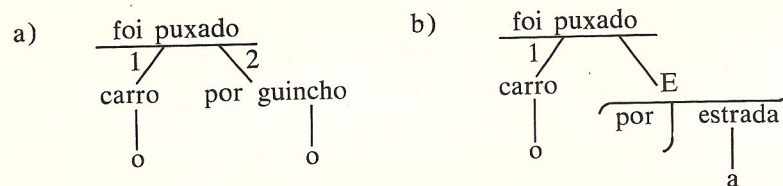
- O amor livre não acabará com a prostituição.

(= a prostituição não é um meio eficiente para extinguir o amor livre)

(= o amor livre não extinguirá a prostituição)

- Ele trabalha em sua tese. / Ele trabalha em sua mesa.

- Estudei a matéria toda. / Estudei a manhã toda.

O símbolo ϕ indica conjunto vazio, no ponto em que há omissão do translativo — que poderia, no caso, ser a preposição *durante*. É normal a omissão da preposição no sintagma de valor adverbial, quando o conteúdo semântico do substantivo diz respeito à divisão do tempo: "vou viajar *este ano*", "teremos pro-

va *o mês* que vem", "tudo deu certo *esta semana*". É uma interferência da semântica na morfossintaxe da frase.

- O carro foi puxado pelo guincho. / O carro foi puxado pela estrada.

a) foi puxado — 1 carro — o; 2 por guincho — o

b) foi puxado — 1 carro — o; E por estrada — a

Nos três casos que acabamos de ver, os dois sintagmas em questão poderiam articular-se ao verbo em uma mesma frase, cada um com seu valor e sua função específicos:

- Ele trabalha em sua tese em sua mesa.
- Estudei a matéria toda a manhã toda.
- O carro foi puxado pelo guincho pela estrada.

Não foi nosso propósito fazer aqui, dadas as dimensões exíguas deste trabalho, uma exposição completa da sintaxe estrutural de Tesnière, tanto em suas propostas teóricas quanto em suas soluções gráficas — ambas fecundas aberturas para discussão de problemas e revisão de interpretações aceitas com certa passividade acomodada.

Passemos, então, a ver um ponto em que Tesnière incomoda a tradição.

O que é o sujeito?

Quando revimos o conceito tradicional de *sujeito*, chegamos à conclusão de que ele é mais lógico do que sintático. Continuando a refletir sobre esse termo da oração, tal como o vê nossa gramática oficial, começamos a encontrar sérias contradições.

Em primeiro lugar, diz-se que são termos essenciais da oração o sujeito e o predicado. Já que esse qualificativo é usado, precisamos entender o que ele significa. Em lógica, o *essencial* opõe-se ao *acidental*, na medida em que aquele é indispensável

para que o ser exista, para que o ser *seja*, visto que é a sua própria essência. Se logo em seguida encontramos, na NGB e nas gramáticas que a seguem, a espécie *oração sem sujeito*, só podemos concluir que se trata de uma "oração não-oração", pois a construção foi mutilada na sua essência. Então, já não *é*.

Outra contradição a respeito do sujeito: quando substantivo ou pronome, ele é dito *termo essencial da oração,* equiparando-se ao predicado; subliminarmente, somos levados a crer que ambos têm o mesmo *status*, o mesmo nível. No entanto, quando ele assume forma oracional, classifica-se como oração *subordinada* substantiva subjetiva. Tão subordinada ao verbo quanto a objetiva direta ou a objetiva indireta. Seguem-se, nas gramáticas, exemplos de substituição, mostrando a equivalência funcional de sujeito substantivo e sujeito oracional:

- é necessário [que me auxilies / teu auxílio]

- convém [que venhas / tua vinda]

Se o sujeito substantivo pode comutar com a oração subordinada substantiva, ele é tão subordinado quanto ela, pois são eqüipolentes. E é isso que o sujeito realmente é: não um termo essencial, mas um termo integrante da oração, subordinado ao verbo, com o qual se articula em uma relação de dependência. Em outras palavras: o sujeito é, sintaticamente, um complemento do verbo. Observe-se que Tesnière (1953) o coloca no mesmo nível dos outros complementos, os actantes 2 e 3 (objeto direto e objeto indireto), ocupando sempre o primeiro lugar, à esquerda. Acrescentamos à nossa prática, em sala de aula, uma nova distinção: o traço de conexão do sujeito inclina-se para a esquerda, e os demais, para a direita. Isso são apenas convenções gráficas, que procuram ser coerentes e significativas, mas não a essência da gramática; são apenas a sua imagem. O importante é a realidade retratada: o sujeito complemento.

Mas se o sujeito não difere de O^2 e O^3 pela natureza da conexão, que é a mesma — dependência em relação ao verbo —, em que se distingue, gramaticalmente, esse termo dos demais complementos?

Em primeiro lugar, porque o verbo, em nossa língua, concorda com ele, e não com O^2 e O^3; mas já vimos que a concordância é um fenômeno mórfico, que pode até deixar de ocorrer sem que, com isso, se altere a relação sujeito — verbo.

Em termos de freqüência, podemos dizer que a norma, em português, é o sujeito anteceder o verbo, ao passo que objeto direto e objeto indireto lhe sucedem. Mas o sujeito pode pospor-se ao verbo, sem que se altere sua conexão; com verbos intransitivos, é uma inversão bastante comum ("existem pessoas", "começaram as aulas"). Se, porém, o verbo for transitivo direto e houver inversão da ordem, a frase pode tornar-se obscura pela impossibilidade de identificar sujeito e objeto ("o bom filho o pai ama": quem ama quem?). Em tais casos, o objeto direto preposicionado dirime a dúvida: "Somente *ao tronco* que devassa os ares o raio ofende!".

E aí está a primeira diferença inarredável: o substantivo sujeito não pode ser preposicionado. Poderíamos até estabelecer uma escala para os três complementos, com o critério da preposição: com o objeto indireto, sempre (no pronome *lhe*, a preposição está implícita); com o direto, ocasionalmente; com o sujeito, nunca.

Outro fator que distingue o sujeito dos dois objetos é que estes são construções internas ao sintagma verbal, ao passo que o sujeito é um sintagma exterior a ele. Todavia, se partirmos do princípio de que o verbo é o centro da oração, e todos os termos se articulam imediata ou mediatamente com ele, como devemos entender a asserção de que o sujeito é um termo exterior ao sintagma verbal?

A análise em constituintes imediatos pode ajudar-nos a entender e equacionar melhor este problema.

Constituintes imediatos

Comecemos pela constatação do óbvio.

Analisar é dividir um todo em suas partes; mas, como só podemos fazer um corte por vez, vamos sempre obter, em cada passo da operação analítica, duas partes. Cada uma dessas partes será um novo todo, de nível imediatamente inferior, e poderá sofrer novo corte. E assim sucessivamente, estabelecendo-se uma hierarquia desde o *todo integral* e suas partes, até a unidade menor, se quisermos fazer uma análise exaustiva.

Graus de aderência

Neste momento, precisamos começar a entender *ordem* também em sentido temporal, não mais apenas espacial; *ordem* é também a sucessão dos eventos no tempo, um "acontecendo" após o outro.

Relacionado com esses dois aspectos — o espacial e o temporal — cresce o conceito de *aderência* gramatical, aspecto lateral do fenômeno articulatório. Duas unidades lingüísticas que se articulam aderem uma à outra, formando uma construção mais alta; esta passa a constituir uma unidade, à qual outra vai articular-se, e assim sucessivamente. Esse processo ocorre em qualquer nível — fonológico, morfológico e sintático: aderem um ao outro, ao articular-se, fonemas, morfemas, palavras, sintagmas, orações.

Todavia, a aderência gramatical não tem sempre a mesma intensidade: há uma gradação nessa aderência, que será tanto mais forte quanto mais próximo estiver, no tempo, o elemento marginal do central. Poderíamos parafrasear a lei de Newton, dizendo que o marginal adere ao central na razão inversa da distância temporal, isto é, será mais aderente o que chegar primeiro.

O aspecto espacial é importante quando se trata de formas presas, ou quando se observa a ordem direta básica no arranjo das formas livres; mas não age independentemente do aspecto temporal do aderir. A proximidade maior ou menor do marginal em relação ao central, e o momento, anterior ou posterior, em que ocorre a articulação, constituem-se em fatores do grau de aderência de um a outro. Assim, os morfemas modo-temporais aderem ao lexema verbal mais profundamente que os número-pessoais. Prefixos e sufixos são mais aderentes ao lexema do que os morfemas flexionais; e o sufixo, mais do que o prefixo (ver capítulo 2, "O morfema e a palavra"), por um motivo não espacial (ambos estão articulados ao lexema), mas temporal: o sufixo articula-se antes.

Sucede, todavia, que a ordem dos morfemas no vocábulo é estável, ao passo que a dos vocábulos no sintagma, e a dos sintagmas na oração pode, dentro de certos limites, inverter-se. Por esse motivo, devemos considerar a ordem que, em termos de freqüência, é a norma em português: no sintagma, determinante-centro-adjunto; na oração, sujeito-verbo-complemento. Se considerarmos um verbo trivalente (que tem três actantes), veremos que a aderência do objeto direto ao verbo é mais forte do que a do sujeito e do objeto indireto.

A coesão entre verbo e objeto direto atinge, não raro, um grau em que o conjunto começa a cristalizar-se, dando origem a uma lexia. Nesse estágio, verbo e objeto constituem uma unidade semântica e gramatical: *pular corda*, *levar um tombo*, *fazer parte*. As frases "as crianças pulam corda", "João levou um tombo" e "eu faço parte da equipe" não podem sequer sofrer transformação passiva, pois o objeto direto, que entra no jogo da transformação, não pode desgarrar-se do verbo. São inaceitáveis as construções "corda foi pulada pelas crianças", "um tombo foi levado por João", "parte da equipe é feita por mim". Esta construção seria aceitável com outro sentido do verbo *fazer*. Note-se também a diferença entre *pular corda* e *pular a corda*, construção que aceitaria a forma passiva ("a corda foi pulada"); mas o sentido seria totalmente diverso.

Assim se formam as lexias: podem atingir um grau de aderência tão forte, que se tornam estáveis como um vocábulo, caracterizadas pela inseparabilidade e irreversibilidade de seus elementos constitutivos. Num estágio mais adiantado, aglutinam-se os componentes, fato de que resulta uma palavra estável e coesa, cujos segmentos são inseparáveis e irreversíveis.

Nessa linha de reflexão, dos três actantes é O^1 o último a articular-se à base, encontrando já pronto aquilo que chamamos *predicado*: verbo + OD + OI. E por ser o último a entrar, é o primeiro a sair; o primeiro corte analítico vem separá-lo, o que a análise em constituintes imediatos confirma, operando por meio da comutação; e que a análise tradicional pratica por motivos lógicos. Mas é necessário ter consciência de que ele sai em primeiro lugar porque é o termo menos aderente à base verbal: ele entrou em último lugar. Separado e analisado o sujeito, passamos a operar sucessivos cortes no predicado, na ordem inversa ao grau de aderência: adjuntos adverbiais, objeto indireto, objeto direto.

Os termos assim destacados de seu centro vão, por sua vez, sofrer cortes analíticos, sempre dentro do mesmo princípio: da periferia para o centro, do último ao primeiro. Não é à toa que a análise é o avesso da síntese.

Feita a última ablação, resta o verbo, aquele chumbo que não bóia. E nele, quando se trata de predicado nominal, vamos encontrar um elemento ainda mais aderente, que é o predicativo: verbo e nome formam um todo tão íntimo, que estão às vésperas de fundir-se em um só vocábulo, o que ocorre em certas línguas, como o turco. Na frase "Deus é bom", o sintagma *é bom* equivale a um verbo. O humorista que brinca com a língua poderia muito bem conjugar o verbo "bomser", como já fez com outros sintagmas. Estaria realizando a cristalização de uma seqüência sintática e criando uma palavra nova — o que, mesmo que nunca venha a ocorrer, não deixa de ser uma virtualidade do sistema.

Também são núcleos dissociados, como o predicado nominal, os tempos compostos, a voz passiva e as locuções verbais. Temos um exemplo histórico do que acabamos de dizer, com a fusão de dois elementos em uma forma verbal: as locuções de que se originaram o futuro do presente e o futuro do pretérito.

Análise em constituintes imediatos

Consiste esta análise em fazer cortes sucessivos no texto considerado. A cada corte, obtêm-se duas partes, os constituintes imediatos da unidade submetida à análise naquele momento.

A análise em constituintes imediatos (CCII — Bloomfield, 1933; Hockett, 1971) realiza-se sobre a cadeia sintagmática, mas seu guia é a comutação, que se fundamenta no eixo paradigmático. O princípio que a ela subjaz é o da aderência maior ou menor de cada parte em relação ao centro. Confrontemos estas duas orações, que o falante nativo percebe como aceitáveis e completas:

- Algumas reses mais sedentas lambiam a terra úmida.
- Elas mugiam.

A segunda mostra com clareza o lugar do corte analítico, que só pode ser para separar os dois termos: elas | mugiam.

A primeira poderia suscitar alguma dúvida, como esta: se o sujeito é tão importante quanto o predicado, visto que até concordam, o primeiro corte deveria separar um elemento complementar:

- algumas reses mais sedentas lambiam | a terra úmida.

Mas a comutação de cada parte com os CCII da segunda oração, que não deixam margem a dúvidas, evidencia o desacerto desse corte:

- *elas* a terra úmida
- algumas reses mais sedentas lambiam *mugiam*

Os dois produtos são gramaticalmente inaceitáveis. O corte correto vai propiciar construções aceitáveis:

- *elas* lambiam a terra úmida
- algumas reses mais sedentas *mugiam*

Continuando o processo de comutação, vão-se definindo os CCII em outros níveis, e as partes assim obtidas vão sendo sucessivamente submetidas à análise.

Várias soluções gráficas são utilizadas para realizar tecnicamente a análise em CCII: a caixa de Hockett, barras verticais, parênteses, colchetes, sempre em número progressivo, acompanhando a seriação dos cortes. São técnicas que economizam tempo e espaço, mas podem não ser claras, pelo acúmulo de traços em estágios avançados da análise; um recurso para evitar esse acúmulo seria numerar a seqüência dos cortes.

Para nosso uso, em situação de sala de aula, criamos uma técnica que evita o acúmulo de traços e segue a ordem natural da escrita e da leitura: de cima para baixo. O traço utilizado é um par de colchetes, que isola o constituinte *marginal*, em cada etapa da análise.

[algumas reses mais sedentas] lambiam a terra úmida

[algumas] reses mais sedentas

reses [mais sedentas]

[mais] sedentas

lambiam [a terra úmida]

[a] terra úmida

terra [úmida]

A análise poderia penetrar no terreno mórfico, dentro dos vocábulos, mas não é esse o nosso intuito no momento.

sedenta [s]

sedent [a]

sed [ent]

Acreditamos que, didaticamente, para trabalho com os alunos, essa técnica ofereça algumas vantagens:

- permite, em situação de sala de aula, maior liberdade para o escreve-apaga da experimentação;
- além de realizar o corte analítico, sugere qual dos CCII é o marginal — aquele que fica entre colchetes;
- subjacente a essa informação está outra, que diz respeito ao grau de aderência ao centro;
- gasta espaço, mas economiza tempo;
- os significantes descontínuos podem ser isolados numa só etapa, pelo uso de dois pares de colchetes em um mesmo nível:

[eu] não levo senão lembranças

[não] levo [senão] lembranças

levo [lembranças]

- o resultado gráfico é visualmente mais límpido.

Uma observação importante: o único termo que em nenhum momento foi posto entre colchetes é o verbo — o centro da oração, o pressuposto para a existência de marginais.

Por outro lado, se for submetido à análise apenas um sintagma nominal, o substantivo é que nunca estará dentro de colchetes:

[o] crime do padre Amaro

crime [do padre Amaro]
[de] o padre Amaro
[o] padre Amaro
padre [Amaro]

Acreditamos ser agora possível responder à pergunta com que finalizamos nossas considerações sobre o sujeito: como entender a asserção de que o sujeito é um termo exterior ao sintagma verbal?

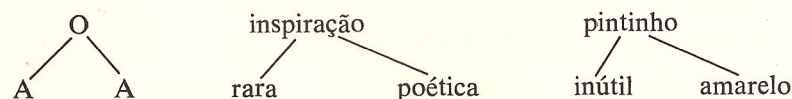
A oração é um grande sintagma organizado em torno do verbo, o que o estema deixa perceber claramente. O fato de que na análise em CCII o primeiro corte separa o SN sujeito não exclui uma realidade: ele faz parte dessa teia urdida a partir de um centro; apenas, entre os complementos, ele é o mais distante do centro, em termos de aderência. Por isso, sai primeiro, para ser analisado em seguida. Depois, sucessivamente, saem os adjuntos adverbiais, o objeto indireto e o objeto direto.

Alguns problemas de análise

A análise em constituintes imediatos pode ajudar-nos a esclarecer uma série de problemas. Vejamos alguns.

1) Um substantivo pode ter como marginais dois (ou mais que dois) adjetivos coordenados entre si; ambos têm o mesmo nível e a mesma função. Mas pode dar-se o fato de que eles não sejam coordenados e não tenham, por isso, o mesmo grau de aderência ao seu centro. Tomemos para análise a seguinte frase:

- Num momento de rara inspiração poética, a copeira trouxe para casa, entre as compras da feira, um inútil pintinho amarelo.

Interessam-nos os segmentos "rara inspiração poética" e "inútil pintinho amarelo", que têm a mesma estrutura. Em estema, teríamos:

A particularidade de os traços de conexão não partirem de um mesmo ponto significa que os adjetivos não estão coordenados

entre si. Mas o estema não resolve um problema que a análise em CCII esclarece: o segundo adjetivo é mais próximo ao centro, articulou-se em primeiro lugar; o primeiro já encontrou formado o grupo O + A, e articulou-se não apenas com o substantivo, mas com o grupo. Tendo entrado na construção em momento posterior, é mais distante — em termos de tempo — do centro. Por esse motivo, sofre o primeiro corte analítico:

[rara] inspiração poética
inspiração [poética]
[inútil] pintinho amarelo
pintinho [amarelo]

O adjetivo menos aderente poderia estar posposto, sem perder sua condição de marginal do grupo O + A. Em tal caso, a ausência de pausa é a garantia de que a estrutura foi mantida: "inspiração poética rara". Com pausa, a sintaxe seria outra: com certa entonação, coordenação dos adjetivos; com outra entonação peculiar, formação de uma frase nominal bimembre, modulada exatamente como a que nos serviu de modelo ("próxima estação, Liberdade").

2) Na análise do predicado, saem em primeiro lugar os CCII de valor *E* (adjuntos adverbiais); depois, os valores *O*, que, como termos integrantes, são complementos.

Às vezes, porém, é difícil definir o limite entre complemento O^3 e adjunto adverbial, ainda mais porque ambos têm a mesma estrutura: um sintagma preposicionado. É o que ocorre, por exemplo, quando a interferência de um fator semântico pode obscurecer a natureza gramatical da relação. Por esse motivo, é comum considerarem-se como adjuntos adverbiais sintagmas que são complementos, em frases como "ir a Santos", "vir da cidade", "entrar na escola".

3) Certos termos, não previstos pela NGB, são classificados como *advérbios de frase* porque incidem não sobre o verbo, mas sobre a oração como um todo. Oração e esse *advérbio* formam um par de CCII. Como esse termo é o menos aderente ao centro, sofre o primeiro corte analítico.

Observe-se a diferença entre as seguintes orações:

- Ele fala naturalmente. (adjunto adverbial: com naturalidade)

  [ele] fala naturalmente
  fala [naturalmente]

- Naturalmente ele fala. (advérbio de frase: com toda certeza, evidentemente)

  [naturalmente] ele fala
  [ele] fala

Embora estilisticamente seja horrível, ambos poderiam encontrar-se, cada um mantendo sua conexão:

- Naturalmente ele fala naturalmente. (com toda a certeza, ele fala com naturalidade)

  [naturalmente] ele fala naturalmente
  [ele] fala naturalmente
  fala [naturalmente]

Em outras posições, as pausas seriam o elemento distintivo desse termo: "ele, naturalmente, fala"; "ele fala, naturalmente".

4) Martinet considera o advérbio um "monema autônomo", que por si mesmo denuncia sua função sintática e seu sentido, sem se valer de qualquer procedimento gramatical, sequer a ordem.

> ...há enunciados tais como *eu partirei amanhã*, cujo sentido não varia jamais se eu mudo a ordem de certos monemas e digo *amanhã, eu partirei.*
>
> A natureza da relação de um monema autônomo com o resto do enunciado não depende de seu lugar nesse enunciado [15].

Assim, para Martinet, a frase "ele saiu ontem" equivaleria a "ontem, ele saiu". No entanto, os conteúdos são diferentes, pois a primeira frase responde à pergunta "Quando ele saiu?" (resposta: *ontem*). E a segunda, à pergunta "O que aconteceu ontem?" (resposta: *ele saiu*).

[15] MARTINET, A. Op. cit., p. 107-28.

A diferença não é apenas semântica, é também sintática; aliás, esta é a causa daquela, pois a anteposição altera o arranjo dos pares de constituintes imediatos:

- [ele] saiu ontem
  saiu [ontem] (adjunto adverbial)
- [ontem] ele saiu (advérbio de frase)
  [ele] saiu

Na primeira frase, os CCII são *saiu* e *ontem*. Na segunda, o par é formado por *ontem* e *ele saiu*.

5) Certas transformações, como a nominalização, podem alterar o quadro dos constituintes imediatos.

Opera-se uma nominalização quando se comuta o verbo de uma oração por um nome formado sobre o mesmo lexema. Em conseqüência, os complementos e adjuntos do verbo passam a ser complementos e adjuntos do nome. É possível sintetizar essa operação sob a forma de uma proporção matemática — CV: V : : CN : N (o complemento verbal está para o verbo assim como o complemento nominal está para o nome).

Como a proporção sugere, as relações estruturais entre as partes são as mesmas: o verbo como centro de um termo dependente, complementar, integrante; ou um nome deverbal como centro, por sua vez, também de um termo dependente, complementar, integrante. Formalmente, uma diferença: o CN tem sempre, como índice de função, uma palavra instrumental, a preposição, mesmo nos casos em que o verbo não a tem. É preciso lembrar que, em tais casos, a preposição é apenas índice de função, não translativo, pois os complementos são valores substantivos, e continuam a sê-lo após a nominalização.

Dissemos "um nome deverbal" como centro porque não se trata apenas de substantivos; podem ocorrer complementos nominais também de adjetivos e advérbios.

- construir uma casa / construção *de uma casa*
- ver a paisagem / visão *da paisagem*

- consolar os aflitos / consolação *dos aflitos* / consolo *dos aflitos*
- referir-se ao problema / referência *ao problema* / palavras referentes *ao problema* / referentemente *ao problema*
- amar o próximo / amor *ao próximo*
- conviver com os amigos / convivência *com os amigos*
- temer o inimigo / temor *ao inimigo*

As reflexões que temos desenvolvido neste trabalho podem ajudar-nos a compreender alguns problemas relativos ao complemento nominal. Vejamos alguns.

a) A gramática oficial não considera a existência de complemento nominal quando ocorre a nominalização de frases intransitivas:

- o herói morreu / a morte *do herói*
- o médico chegou / a chegada *do médico*

Os sintagmas grifados são considerados adjuntos adnominais, o que cria algumas contradições; e a origem da dúvida está no fato de não se reconhecer o sujeito como complemento do verbo. O argumento seria: se é sujeito, não pode passar a ser complemento. No entanto, a verdadeira contradição está em considerar que um termo dito *essencial* possa tornar-se acessório, o que ele seria como adjunto. A considerar, ainda, que teria havido uma translação superposta: de valor substantivo, teria passado a valor adjetivo.

Aceitar a verdadeira condição do sujeito — termo integrante, complementar, de valor substantivo — eliminaria as contradições de uma descrição eivada de preconceitos. Todos os complementos verbais dessa natureza podem passar a complementos nominais: sujeito, objeto direto, objeto indireto e, na voz passiva, o complemento agente. Restabelece-se, desse modo, a coerência da descrição.

Essa controvérsia não ocorre quando o termo central é um adjetivo, que não deixa margem a dúvidas: trata-se de complemento nominal.

- cheio *de alegria* (encher-se de alegria)
- idêntico *ao irmão* (identificar-se ao irmão)
- repleto *de gente* (repletar-se ou encher-se de gente)
- contente *com a vida* (contentar-se com a vida)

Não se hesita porque o adjetivo não tem como elemento marginal outro valor adjetivo (adjunto adnominal). Pode ter complementos nominais (valor substantivo) e intensificadores (*bem* cheio, *mal* cheio, *muito* lindo, bom *demais*, *bastante* claro).

b) Só o contexto resolverá a ambigüidade sintático-semântica de sintagmas como "a exploração dos homens": resultará da nominalização de "os homens exploram alguém", ou de "alguém explora os homens"? A tradição veria, no primeiro caso, um adjunto adnominal; no segundo, um complemento nominal.

É bom lembrar que a gramática latina resolve o caso com simplicidade e coerência, dizendo, a respeito de *metus hostium* (medo dos inimigos), que temos, na segunda palavra, um *genitivo subjetivo* ou um *genitivo objetivo*. Nos dois casos, sempre um genitivo, isto é, sempre um complemento — seja subjetivo, seja objetivo.

Voltando ao nosso sintagma: se aceitarmos o sujeito como complemento, *dos homens* será CN, qualquer que seja a frase verbal que deu origem à nominalização. Ao contexto fica a tarefa de decidir se se trata de agente ou paciente da exploração.

Isso resolve também o caso em que dois SP (um paciente e um agente) estão presentes no mesmo sintagma:

- a exploração *das mulheres pelos homens*

A gramática oficial reconhece ambos como complementos nominais. Só que, para fazê-lo, precisaria pressupor uma solução híbrida: o CN *das mulheres* resultaria da nominalização de uma frase ativa, em que *as mulheres* é objeto direto ("os homens exploram as mulheres"); e o CN *pelos homens* resultaria da nominalização de uma frase passiva, em que ele seria complemento agente ("as mulheres são exploradas pelos homens").

O tabu do "sujeito-termo-essencial" obriga a todo esse contorcionismo. Na verdade, o nosso sintagma é produto da nomi-

nalização da frase passiva; e tanto o complemento sujeito quanto o complemento agente passam a complementos nominais.

c) Não só os deverbais assumem como seus os complementos do verbo. Alguns nomes que não se formaram sobre radicais verbais constroem-se também com um complemento nominal:

- medo do inimigo, medo ao inimigo
- saudade da vovó
- sede de glória
- fome de amor
- horror à violência

São substantivos que possuem uma latente condição de verbo. Sintomaticamente, todos eles podem formar, com o verbo *ter*, um núcleo dissociado (ver "Estrutura da oração", neste capítulo), cuja estrutura é idêntica à do verbo *ser* com predicativo. O verbo, despojado de sua carga semântica, funciona como um translativo: *ter medo*, *ter saudade*, *ter sede*, *ter fome*, *ter horror*. A transformação passiva, em tais casos, é inaceitável, o que justifica a concepção do conjunto como uma unidade funcional.

Complicação do período

Ao usar o termo *período*, não nos referimos especificamente ao padrão estrutural clássico de que nos vem a denominação: aquele torneio sintático que se caracteriza por um movimento de bumerangue, que, despedido nos ares, faz uma circunvolução e volta ao ponto de partida, amarrando o fim ao começo e fechando o ciclo do pensamento.

Entendemos *período* no sentido que a gramática tradicional vulgarizou: o enunciado que é contido entre dois momentos de silêncio, entre os quais se desenrola a linha melódica da frase. Em língua escrita, a norma é que ele se inicie com maiúscula e se feche com ponto final — ou outro sinal que lhe faça as vezes, em frases interrogativas, imperativas, exclamativas.

Ao criar seu enunciado, o falante poderá expor seus pensamentos um por vez, à medida que lhe ocorrem, escolhendo, para formulá-los, qualquer das estruturas que o sistema põe à sua disposição: uma oração, ou uma frase de estrutura menos complexa (ver "Tipos frasais", no início deste capítulo). Todavia, ele poderá optar por um período com mais de uma frase (verbal ou nominal), em arranjos sintáticos feitos por coordenação ou subordinação. Assim, podemos ter, como objeto maior de análise, um período simples ou um período composto.

O primeiro corte analítico é o que separa a modulação, deixando diante de nós o material morfossintático do período; sobre esse material prosseguirá a análise.

Vejamos, sucintamente, quais são os recursos sintáticos de que dispomos para "complicar" o período, isto é, para torná-lo complexo. Começaremos pelo período composto por subordinação, ao contrário do que fazem usualmente as gramáticas, porque a coordenação é, a nosso ver, um procedimento gramatical bem mais complexo do que parece. E principalmente por uma questão de coerência metodológica: as palavras se organizam na frase em relações de subordinação, que devem ser o ponto inicial para a compreensão de uma estrutura. Nenhuma língua, viva ou morta, conhece uma frase *organizada por coordenação* — termos que são até conflitantes entre si, pois organização implica hierarquia, dependência, subordinação.

A coordenação de termos da oração é algo que se instala sobre a frase já organizada por subordinação. É o processo em que Tesnière (1969, p. 325) vê o *desdobramento* de um núcleo: coordenam-se dois (ou mais) sujeitos, dois objetos diretos, dois adjuntos adnominais, e assim por diante. E quando esse desdobramento atinge o centro da oração, o verbo, temos duas orações coordenadas entre si.

Não nos deteremos na justaposição e na correlação porque são variantes formais de subordinação ou coordenação: aquela, com omissão do instrumento gramatical (conjunção); esta, com significantes descontínuos (ex.: *seja... seja*, *não só... mas também*).

Proposta de procedimento analítico

Para conhecer a estrutura de um período composto, podemos adotar diferentes técnicas de análise; mas também podemos recorrer à síntese, que oferece um novo ângulo de observação do ob-

jeto (ver capítulo 1, "Análise e síntese"). Tomemos, para exemplificar, o seguinte período: "As árvores que foram plantadas em agosto darão frutos quando o outono chegar".

Vamos observá-lo de três ângulos diferentes: a) uma análise em constituintes imediatos, até os limites da estruturação sintática; b) uma síntese, para compreendermos como as orações se articularam; c) uma análise-síntese por dois processos: o desfrasamento e o estema.

a) Como primeiro passo para realizar a análise em CCII, tentemos a comutação com os constituintes da oração "elas cresceram", em que só um corte é possível. Façamos diferentes cortes no período proposto, realizando a comutação das partes obtidas; veremos que o único corte que produz frases aceitáveis é:

- as árvores que foram plantadas em agosto *cresceram*
- *elas* darão frutos quando o outono chegar

Localizado o primeiro corte, prossegue a análise.

[as árvores que foram plantadas em agosto] darão frutos quando o outono chegar

[as] árvores que foram plantadas em agosto

árvores [que foram plantadas em agosto]

[que] foram plantadas em agosto

foram plantadas [em agosto]

[em] agosto

darão frutos [quando o outono chegar]

[quando] o outono chegar

[o outono] chegar

[o] outono

darão [frutos]

Em dois momentos, ao se fazer o corte analítico, surgiu um termo marginal em forma de oração, o que obrigou a uma retomada do processo em seu início; o primeiro corte separa o gramema exofórico: *que* e *quando*. Na primeira oração, gramema e

sujeito são expressos por uma só palavra, o pronome relativo. É preciso notar, ainda, que a locução verbal, *foram plantadas*, não foi analisada.

b) Vejamos agora o mesmo objeto por outro ângulo, o da síntese. Inicialmente, os pensamentos apresentam-se um a um, formulados em orações independentes:

1.ª) As árvores darão frutos.

2.ª) As árvores foram plantadas em agosto.

3.ª) O outono chegará.

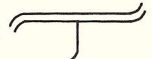
O falante poderia ter feito essa escolha, mas preferiu utilizar-se de recursos que o sistema põe à sua disposição — as palavras instrumentais — para articular orações, inserindo uma em outra.

A segunda oração reitera uma palavra contida na primeira. Se a repetição não tem como objetivo um efeito estilístico, o falante pode utilizar um substituto de nome que o sistema lhe fornece:

- *Elas* foram plantadas em agosto.

Mas ele pode escolher outro instrumento, o pronome relativo, que realiza dupla operação: substitui a palavra e insere a segunda oração na primeira, o que este pronome pode fazer por ser um exofórico (ver capítulo 2, "O morfema e a palavra"). Realiza-se a inserção em um ponto, o *nódulo subordinante*; neste caso, é a palavra que o pronome reitera anaforicamente: *árvores.*

A terceira oração não apresenta um elemento tão concreto que a aproxime de outra; mas o falante quis exprimir uma relação abstrata de tempo, *o momento em quê.* O sistema fornece-lhe o instrumento adequado, um gramema exofórico que traz em si essa noção abstrata: à conjunção *quando.* O ponto de inserção agora é aquele nódulo com o qual se estabelece essa relação de tempo: *darão.*

c) Combinando agora análise e síntese, podemos representar a estrutura do período por meio de traços, grifando o ponto de inserção ou nódulo subordinante. É o *desfrasamento* do período, com sua decomposição e imediata recomposição.

as árvores (2.ª) darão frutos (3.ª)

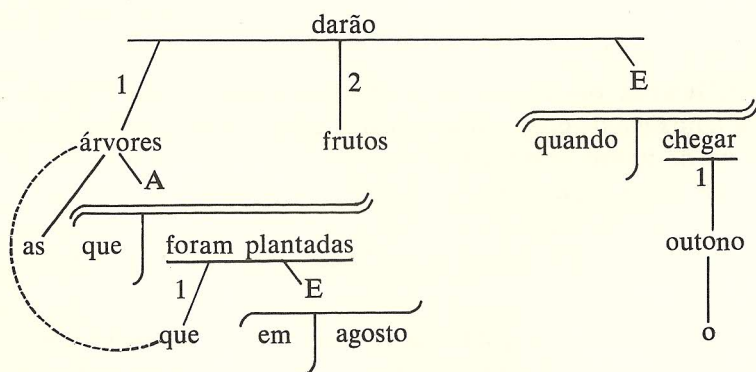
que foram plantadas em agosto | quando o outono chegar

Aí está uma "radiografia do período"[16], que nos permite "ver" algo abstrato: sua estrutura.

Translação de segundo grau

Tesnière (1969, p. 543-628) amplia e aprofunda a análise desse fenômeno, a que dá o nome de *translação de segundo grau*: um instrumento gramatical, o translativo de segundo grau (conjunções subordinativas e pronome relativo), opera a translação sobre o verbo, que é o transferendo, levando-o a comportar-se como substantivo, adjetivo ou advérbio. Como o verbo é o *nó dos nós,* que amarra a si imediata ou mediatamente todos os termos da oração, esta é, em sua totalidade, transferida àqueles valores; como resultado, temos orações *substantivas, adjetivas* ou *adverbiais.* Usando os símbolos das classes de palavras, temos as seguintes translações de segundo grau:

$$I \gg O \qquad I \gg A \qquad I \gg E$$

Tesnière usa como símbolo da translação de segundo grau um **T** com duas barras: Como já vimos, o translativo fica à esquerda, e o transferendo à direita; sobre o símbolo, o valor do transferido.

[16] SALUM, Isaac Nicolau. Decomposição, recomposição e análise crítica de um texto. *Língua e Literatura.* São Paulo, FFLCH-USP, ano 1, n. 1, 1972.

Observar que o pronome relativo comparece duas vezes no estema, denunciando sua dupla face: a primeira, como translativo; a segunda, como pronome, com toda a carga semântica do nome que ele reitera, o que é representado pela linha anafórica. Como pronome, ele tem uma função dentro de sua oração; neste caso, ele é sujeito. Como translativo, o pronome relativo funciona exatamente como uma conjunção subordinativa, transferindo uma oração e inserindo-a em um nódulo subordinante, que pertence a outra oração.

Subordinação de orações

A oração subordinada não se articula com outra oração, considerada esta em sua totalidade; ela contrai uma relação de dependência com *um termo* de outra oração. Aí está um momento *sui generis* da estruturação sintática: a constituição de um par de functivos em que um elemento de nível inferior (um termo de oração) é o functivo central a que se articula, como marginal, um elemento de nível superior (uma oração). Para que ocorra essa aparente ruptura da hierarquia, a oração subordinada precisa passar por um processo que podemos chamar de *miniaturização,* que lhe permite tornar-se um membro de outra oração. Preserva-se, com essa operação, o princípio da homogeneidade dos functivos. Em última instância, as duas orações são uma só, pois a subordinada passa a ser apenas um termo de oração, embora conserve, internamente, sua estrutura oracional. Não é por outro motivo que Galichet[17] propõe chamar tal período de *complexo,* reservando a denominação de *composto* para aquele em que ocorre a coordenação de orações.

Os instrumentos gramaticais que subordinam orações (pronomes relativos e conjunções subordinativas) cumprem, portanto, uma tarefa bastante complexa:

- miniaturizam a oração com que se articulam;
- operam a translação de segundo grau, impondo a essa oração um comportamento de substantivo, adjetivo ou advérbio;
- como gramemas exofóricos, voltam-se para o exterior e inserem sua oração em determinado ponto de outra.

[17] GALICHET, Georges. *Grammaire structurale du français moderne.* Paris, Hatier, 1971. p. 176 e 186-7.

Coordenação de orações

Diferente é o processo de coordenação, em que duas orações, ambas tomadas em sua totalidade, se relacionam entre si. Poderíamos concluir que só por coordenação é que temos, na realidade, uma relação *entre orações*, e que só é composto o período em que há orações coordenadas.

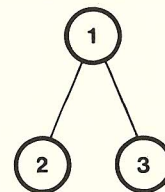
Diz-se comumente que a coordenação relaciona orações independentes, e que o nexo entre elas é apenas lógico, com as variantes semânticas das conjunções. É muito pobre tal asserção; em primeiro lugar, porque abdica da sintaxe em favor da lógica; em segundo lugar, porque relações lógicas a subordinação também estabelece (causalidade, condicionalidade, conseqüência, temporalidade). Sintaticamente, o que devemos ver é que na coordenação os functivos são *duas orações*; e, na subordinação, são *uma oração* e *um termo de oração*.

Há mais coisas a dizer sobre a coordenação de orações — mas esse é o começo de uma outra história. Por enquanto, basta-nos o que foi dito.

Padrões estruturais do período

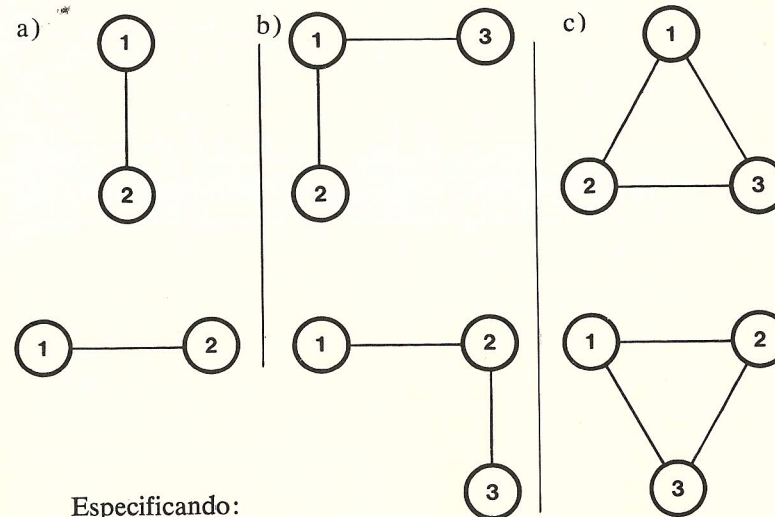
Para nosso uso, em sala de aula, criamos um procedimento que resume ao máximo a esquematização da estrutura do período. Chamamos a essa representação *esquema vazio*, visto que se caracteriza pela ausência de palavras; quando muito, podem nele comparecer as conjunções e os pronomes relativos. Esse recurso tem sido produtivo não só pela economia de tempo e espaço, mas principalmente porque permite uma visualização imediata da armação do período, propiciando debates sobre a imensa variedade possível.

Representamos as orações por círculos, que vamos numerando de acordo com a ordem em que elas se apresentam; se a primeira for uma subordinada, o número *1* será seu. A interligar os círculos, uma linha de subordinação (vertical, ou, se necessário, oblíqua), ou de coordenação (horizontal).

O esquema vazio do período que analisamos, em que há duas orações subordinadas, será:

(Observe que 2 e 3 se prendem a 1, mas partem de pontos diferentes porque não são coordenadas entre si.)

Estabelecer padrões da estrutura do período é arriscado, pois não tem limite o número de combinações possíveis. Por esse motivo é que Hjelmslev disse julgar que a descrição do período caberia mais à estilística do que à lingüística. Contudo, as combinações básicas podem ser resumidas e simbolizadas do seguinte modo:

I) Período simples: (1)

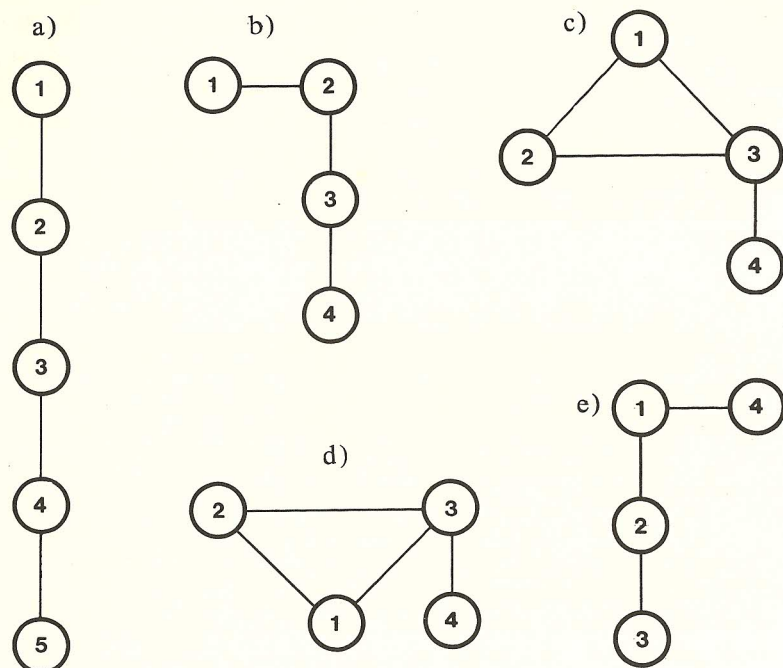
II) Período composto:

Especificando:

I) Oração absoluta (ponto).

II) a) Formação linear.

b) Formação angular.

c) Formação triangular.

A partir dessas estruturas básicas, todas as combinações são possíveis. A título de exemplificação, observemos as seguintes estruturas:

Será um exercício produtivo verificar e conferir essas abstrações estruturais; elas são o esqueleto que mantém de pé os seguintes períodos, nessa mesma seqüência de *a*) a *e*):

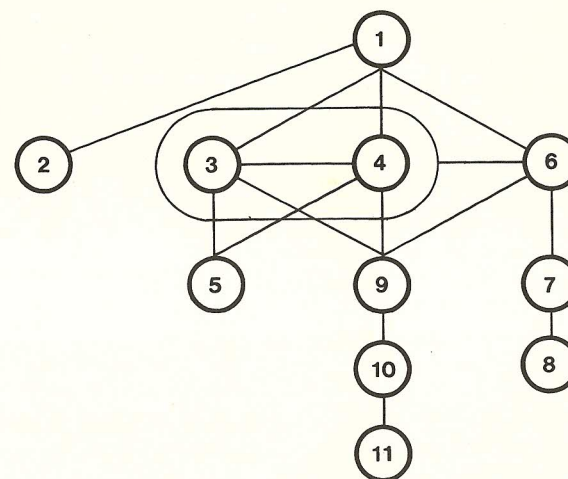
a) Não sei se disse que isto se passava na casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si para não andar atrás dela.

b) A inspiração é a flor do gênio, mas não exijamos que ela dê fruto saboroso logo que desabroche.

c) Houve momentos perfeitos que passaram, mas não se perderam porque ficaram em nossas vidas.

d) Quando o escravo acendeu o gás da sala, Pestana sorriu e, dentro d'alma, cumprimentou uns dez retratos que pendiam da parede.

e) A Igreja diz-nos que supõe que sou homem; logo, não sou pó.

Como exemplo de extrema complexidade estrutural de um período, veja-se este esquema vazio:

O período que tem essa estrutura é:
Um célebre poeta polaco, descrevendo em magníficos versos uma floresta encantada do seu país, imaginou que as aves e os animais ali nascidos, se, por acaso, longe se achavam, quando sentiam aproximar-se a hora da sua morte, voavam ou corriam e vinham todos expirar à sombra das árvores do bosque imenso onde tinham nascido.

Como sugerimos para os outros períodos, seria conveniente, agora, separar, numerar e interligar as orações, para conferir o resultado com o esquema vazio apresentado. Ao fazê-lo, note-se o requinte do escritor em desmembrar o sujeito composto "aves e animais", atribuindo a cada componente um predicado específico — "voavam" ou "corriam" —, mas juntando-os logo mais em "todos" para o predicado "vinham". Por essa razão, os dois primeiros formam um conjunto, e é a esse conjunto binário que se coordena o último, relação que nossa *síntese analítica* (ou *análise sintetizadora*) mostra. Vê-se o motivo pelo qual não consideramos "vinham expirar" como locução verbal: o verbo *vir* é semanticamente cheio, arrematando a seqüência "voavam ou corriam e vinham".

Lembremos que a análise se exerce sobre um dado concreto da realidade imediata; no caso da análise lingüística, essa realida-

de é o texto. Por meio da análise, chegamos à abstração estrutural, mas sem romper o laço que nos segura à realidade do texto; seus significados devem sempre guiar o exercício analítico, que não se faz no vazio. Aí está o signo de Saussure [18], com suas setas que nos remetem do significante ao significado, e deste àquele, sugerindo-nos um constante vaivém.

Fusão de orações: elementos residuais

De tudo fica um pouco [19].

Em uma construção formada por duas orações, em relação de subordinação ou coordenação, pode ocorrer a fusão da segunda na primeira. Para que esse fenômeno se torne possível, certas condições são necessárias, entre as quais a de que o predicado da segunda seja nominal.

Nessa fusão, eliminam-se da segunda as palavras instrumentais (*vazias*) e aquelas que reiteram palavras *cheias* já constantes na primeira. Incorpora-se a esta um resíduo da segunda: o que nela foi um predicativo do sujeito. Na frase híbrida resultante, ele vai ser: a) um aposto a qualquer de seus termos substantivos; b) predicativo do sujeito, integrando um predicado verbo-nominal; c) predicativo do objeto, integrando também um predicado verbo-nominal.

Aposto

É o resíduo de uma oração adjetiva com predicado nominal. O aposto será explicativo ou restritivo se for elemento residual, respectivamente, de oração explicativa ou restritiva. Permanecem, após a fusão, as pausas que marcam a primeira, o que distingue formalmente um aposto do outro.

a) Resíduo de oração adjetiva *explicativa*:

1) Pelé viajou.

[18] SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris, Payot, 1964. p. 99.

[19] ANDRADE, Carlos Drummond de. Resíduo, RP. In: —. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1964. p. 163-5.

2) Pelé é o rei do futebol.
Com inserção e translação I ≫ A:

3) Pelé, que é o rei do futebol, viajou.
Com apagamento da reiteração (*que* = Pelé) e do translativo *é*:

4) Pelé, o *rei do futebol*, viajou. (*aposto explicativo*)

O aposto explicativo é um conteúdo implícito no fundamental: a condição de *rei do futebol* está implícita em *Pelé*.

b) Resíduo de oração adjetiva *restritiva*:

1) Meu amigo viajou.

2) Meu amigo é artista.
Com inserção e translação I ≫ A:

3) Meu amigo que é artista viajou.
Com apagamento da reiteração (*que* = meu amigo) e do translativo *é*:

4) Meu amigo *artista* viajou. (*aposto restritivo*)

O aposto restritivo não está implícito no fundamental; sem pausas, informa-se que há outros amigos, e que apenas um deles é artista.

Predicativo do sujeito em predicado verbo-nominal

a) Resíduo de oração *coordenada*:

1) Volto para casa.

2) Estou pálido.
Coordenação, com idéia de simultaneidade:

3) Volto para casa e estou pálido.
Com apagamento dos instrumentos gramaticais:

4) Volto para casa *pálido*.
(Ordem escolhida pelo poeta [20]: "Volto *pálido* para casa.")

Simultaneidade é uma noção temporal, o que o falante intui; por esse motivo, é comum o equívoco de classificar esse termo

[20] ANDRADE, C. D. de. Soneto da perdida esperança, BA. In: —. Op. cit., p. 84.

como adjunto adverbial, quando, na verdade, é um adjetivo em função predicativa, com flexão de gênero e número:

- As crianças correm *alegres*.
- Uma lágrima deslizou *furtiva*.

b) Resíduo de oração *subordinada adverbial*:

1) Ele recusava qualquer ajuda.

2) Ele era orgulhoso.

Com inserção e translação I ≫ E:

3) Ele recusava qualquer ajuda porque era orgulhoso.

Com apagamento das palavras instrumentais:

4) *Orgulhoso*, ele recusava qualquer ajuda.

Como resíduo, este predicativo do sujeito conserva um "colorido" adverbial de sua oração de origem, o que lhe vale a denominação de *predicativo adverbial* ou *aposto adverbial*.

Predicativo do objeto

1) Um fraco rei faz "..." (algo).

2) A forte gente fica fraca..

Translação I ≫ O e inserção, ocupando-se o lugar vago (objeto direto):

3) Um fraco rei faz que a forte gente fique fraca. (*fic-* + subjuntivo)

Com apagamento dos instrumentos gramaticais:

4) Um fraco rei faz a forte gente fraca.
(Ordem escolhida pelo poeta [21]: "... Que um fraco Rei faz fraca a forte gente".)

A segunda oração insere-se, inteira, como objeto da primeira (nódulo subordinante: o verbo). Como elementos residuais, seu sujeito (*gente*) torna-se objeto direto, e o predicativo do sujeito (*fraca*) passa a predicativo do objeto. O resultado é um predicado verbo-nominal com predicativo do objeto. Não raro, os dois núcleos podem fundir-se em um só: *enfraquece*.

---

21 CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Porto, Porto Ed., 1978. Canto III, estrofe 138, p. 161.

O aposto e o predicativo em predicado verbo-nominal são, portanto, elementos residuais de uma oração de predicado nominal que se incorpora a outra oração. Nessa operação, perdem-se alguns instrumentos gramaticais.

"Mas de tudo, terrível, fica um pouco", diz o poeta a certa altura. Aqui, felizmente, não terrível: a nova frase ganha em economia, concisão e elegância.

Pensamos neste momento em Derrida [22], que se pergunta, perplexo, diante da análise de uma tragédia de Corneille: por que há mais beleza na tragédia do que em sua estrutura?

Estamos inteiramente de acordo com ele; qualquer dos períodos que acabamos de analisar é mais bonito do que sua estrutura. Todavia, lembremos que, embora o texto não *seja* sua estrutura, ele certamente *a possui*; e, se a perder, perderá sua própria identidade, mutilado em sua essência.

Além do mais, a análise, como prática que leva ao conhecimento, tem também a sua beleza e proporciona aquele prazer especial que sempre motiva o homem: o prazer da descoberta.

---

22 DERRIDA, Jacques. Força e significação. In: —. *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva, 1971. p. 38.

4
Conclusão

A tradicional separação de morfologia e sintaxe em áreas distintas (formação, flexão e classificação das palavras/estudo da frase e sua organização) é, até certo ponto, artificial. Grandes semelhanças estruturais aproximam esses dois aspectos da organização da língua, além de em alguns momentos eles se imbricarem, por recobrirem uma faixa comum.

A lexia, por exemplo, em uma perspectiva estrutural, ocupa uma área ambígua: a lexia composta e a complexa são construções sintáticas que se cristalizam, comportando-se como lexias simples — que, por sua vez, se confundem com o vocábulo. Nessa condição, podem dar origem a derivados, momento em que ocorre a imbricação, o que a seqüência de cortes analíticos revela. Veja-se esse entrelaçamento na análise do sintagma "grande sem-vergonhice":

[grande] sem-vergonhice	(nível sintático)
sem-vergonh- [ice]	(nível mórfico)
[sem] vergonh-	(nível sintático)

Outro aspecto da gramática que aproxima e confunde morfologia e sintaxe é a concordância, tanto nominal quanto verbal. É um fenômeno que ocorre no corpo das palavras que se flexionam; logo, é um fato morfológico. Mas só ocorre entre palavras que contraem entre si uma função quando se relacionam sintaticamente; logo, é um fato sintático. Podemos concluir que a concordância é a manifestação mórfica de uma relação sintática.

Compreende-se a separação como um recurso didático, do tipo "vamos-por-partes". Mas que esse recurso não chegue a obscurecer as semelhanças que aproximam morfologia e sintaxe, principalmente o traço fundamental que as identifica: é um só o princípio estrutural que organiza os elementos mórficos e os elementos sintáticos — uma relação de dependência que articula dois functivos, gerando uma unidade superior. O mesmo princípio é responsável pela articulação do complemento sujeito ao predicado (o homem + apanha laranjas), do complemento objeto ao verbo (apanha + laranjas), do complemento nominal ao nome (apanhador + de laranjas), do adjetivo ao substantivo (laranja + azeda), de uma desinência flexional a um tema (laranja-s), de um sufixo a um radical (laranj-al); e até, no plano da expressão, de uma consoante a uma vogal.

Diz Hjelmslev que "toda sintaxe é morfologia e toda morfologia é sintaxe" [1]. Poderíamos parafrasear sua asserção, concluindo que a sintaxe é a morfologia da frase e a morfologia é a sintaxe da palavra.

[1] Hjelmslev, L. *Sistema lingüístico y cambio lingüístico.* Madrid, Gredos, 1976. p. 90.

5

Vocabulário crítico

Actantes: são os termos de valor substantival que estão em conexão imediata com o verbo: actante 1 (sujeito); actante 2 (objeto direto; na frase passiva, o complemento agente); actante 3 (objeto indireto).

Aderência: é o resultado da ligação estabelecida entre duas unidades que se articulam: o marginal *adere* ao central. A aderência instala-se no momento da síntese e é verificada no momento da análise. Há diferentes graus de aderência; em nível de estruturação sintática, a aderência é mais profunda quando se formam os compostos, e atinge um ponto extremo quando os componentes se aglutinam.

Alomorfia: variação do corpo fonemático de um morfema, quase sempre condicionada pela vizinhança fonológica. Assim, *-ve-* é alomorfe de *-va-* (pretérito imperfeito, indicativo, 1.ª conjugação), condicionado pelo morfema número-pessoal *-is* (amá*va*mos, amá*ve*is).

Cadeia sintagmática: construção, em qualquer nível, formada por unidades que se articulam e estão, portanto, "em presença" umas das outras. Essa cadeia constitui o *eixo* sintagmático, sobre o qual se realiza a segmentação.

Circunstantes: na terminologia de Tesnière, são os termos de valor adverbial em conexão imediata com o verbo.

Clíticos: são vocábulos formais que, por serem átonos, incorporam-se fonologicamente a um vocábulo que possua sílaba tônica. Artigos e pronomes oblíquos átonos são clíticos.

Comutação: troca de uma unidade por outra que possa ocupar o mesmo ponto na cadeia sintagmática. A essa troca de significante corresponde uma troca de significado (o que não ocorre na alomorfia). As unidades que podem comutar pertencem ao mesmo paradigma.

Conexão: relação de dependência que se estabelece entre duas unidades que se articulam, em qualquer nível: fonológico, morfológico, sintático.

Cristalização: processo que consiste em um "enferrujamento" das articulações de uma construção sintática, aprofundando-se a aderência das partes envolvidas, a caminho da formação de um sintagma bloqueado.

Cumulação: é o fato de um morfema comportar mais de um significado. Em tais casos, a segmentação não é possível, mas a comutação de cada um dos valores comprova a sua existência.

Distribuição: a distribuição de uma unidade é a situação (ou situações) em que ela pode ocorrer, na cadeia sintagmática, levando-se em conta a "vizinhança" de outros elementos. Distinguem-se dois homônimos, por exemplo, pela diferença de distribuição: "*eu estudo* latim" (verbo); "*o estudo* de latim", "horas *de estudo*" (substantivo).

Eixo paradigmático: é o eixo das unidades *ausentes* da cadeia sintagmática. Ali se busca um elemento que possa substituir uma unidade presente; todas as unidades capazes de ocupar um determinado ponto da cadeia constituem um paradigma, que é praticamente um conjunto de "peças de reserva".

Endofórico, gramema, e *exofórico*, gramema: endofórico ou homossintagmático é o gramema que se relaciona apenas com o elemento central do sintagma a que pertence. É o caso do artigo e dos pronomes adjetivos. Gramema exofórico ou heterossintagmático é o que se articula com o centro de seu sintagma e, em seguida, volta-se para fora e estabelece uma relação com um elemento exterior. É o caso das preposições, das conjunções e dos pronomes relativos.

Epítetos: na terminologia de Tesnière, são os termos de valor adjetival, em conexão com qualquer substantivo presente na frase.

Eqüipolência: identidade funcional de dois termos, em relação a um mesmo subordinante; é o caso, por exemplo, de duas orações subordinadas que sejam coordenadas entre si.

Estema: nome que Tesnière deu à representação gráfica que criou para visualizar a ordem estrutural de um enunciado. Apresenta-se como as ramificações de uma árvore, a partir de um ponto central, o verbo.

Função: em sentido específico, relação de dependência que se estabelece entre duas unidades que se articulam. Em sentido geral, o papel que uma unidade exerce em relação a outra ou ao todo, dentro de uma construção.

Functivos: nome que Hjelmslev dá às duas unidades que contraem entre si uma função quando se articulam, qualquer que seja o seu nível: fonológico, morfológico ou sintático.

Lexicalização: processo de formação de novas palavras a partir de outras já existentes.

Marca: noção originária da fonologia. É o "algo mais" que opõe uma unidade a outra da mesma natureza, e que permite considerar a ambas como um par opositivo. Em fonologia, /z/ difere de /s/ apenas por uma *marca*: a vibração das cordas vocais que acompanha sua prolação. A marca, então, é a sua sonoridade. Em morfologia, o passado é marcado, em oposição ao presente; o subjuntivo é marcado, em oposição ao indicativo. Assim, o presente do indicativo é a forma não-marcada, e por isso mesmo tem emprego mais amplo e extenso que as demais formas verbais.

Modulação: conjunto de elementos de natureza musical, que emprestam a uma estrutura morfossintática sua condição de frase, unidade de comunicação. Envolve entonação e ritmo.

Nó, nó dos nós: na terminologia de Tesnière, *nó* é toda palavra que subordina outra (ou outras). Como o verbo é o centro a que todos os termos se "amarram", em conexão imediata ou mediata, ele é o *nó dos nós*.

Nominalização: é o processo pelo qual o verbo de uma oração passa, por derivação, a nome. Em conseqüência, complementos e adjuntos do verbo passam a complementos e adjuntos do nome.

Núcleo dissociado ou geminado: unidade funcional formada por duas palavras, com discriminação de seus papéis: uma se encarrega da função estrutural, outra da função semântica. É o caso do predicado nominal.

Processo: fenômeno dinâmico que tem uma duração: começa, desenrola-se e, eventualmente, chega ao fim. Não há previsibilidade para sua duração; podemos, historicamente, constatar que um processo já se encerrou; podemos, também, flagrar um fenômeno *em processo*, isto é, em pleno andamento.

Segmentação: separação das unidades componentes da cadeia sintagmática, isto é, sua análise. O acerto da segmentação é comprovado pela comutação.

Significantes descontínuos: é o fato de a configuração fonemática de certos morfemas se concretizar em dois pontos distantes, na cadeia sintagmática. São suas características: a unidade de significado e a simultaneidade da articulação das duas "peças". O exemplo mais frisante é a negação em francês (*ne . . . pas*). Alguns querem ver na parassíntese um caso de significantes descontínuos em português; de fato, há a simultaneidade da articulação de prefixo e sufixo, mas não há unidade de sentido. A reiteração dos morfemas de gênero e número é mais um caso de redundância de informação do que de SD. Parece-nos que a expressão de ênfase *é que* pode, quando seus componentes se separam (com flexão do verbo), ser um caso de SD: "As rosas é que são belas, / os espinhos é que picam; / mas *são* as rosas *que* caem, / *são* os espinhos *que* ficam". O fato de poderem unir-se ocorre também em francês: "il veut ne pas sortir d'ici".

Sintagma: em sentido amplo, é a construção resultante da articulação de duas unidades, em qualquer nível. Em sentido restrito, é a construção sintática que pode ter como centro um verbo (SV), um substantivo (SN), um adjetivo (SA). Ao substantivo pode articular-se uma preposição, dando origem a um sintagma preposicional (SP).

— *bloqueado*: é o sintagma cujos componentes não admitem inversão da ordem ou intercalação de outras unidades. Assim são as palavras — construções bloqueadas, dotadas de coesão interna, que se traduz na irreversibilidade e inseparabilidade de seus componentes.

6
Bibliografia comentada

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York, H. Holt & Co., 1933.

O Autor expõe sua teoria distribucionalista nesta obra, que iria abrir novos caminhos para o estudo das línguas. Importante para nós, visto que foi nessa linha teórica que Câmara Jr. renovou a descrição da morfologia do português.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.

Revisão da fonologia e da morfologia do português, em uma linha estruturalista. Leitura indispensável, que permite reequacionar fatos apresentados de maneira contraditória pela descrição tradicional. Câmara Jr. foi um pioneiro ao propor nova interpretação desses fatos. Não pôde, infelizmente, fazer o mesmo com a sintaxe; mas há ensaios seus que são excelentes nessa área, tais como "Morfologia e sintaxe" e "Crônica lingüística", ambos incluídos em: *Dispersos*. Rio de Janeiro, FGV, 1972.

GLEASON, H.-A. *Introduction à la linguistique*. Tradução de F. Dubois-Charlier. Paris, Larousse, 1969.

O livro de Gleason é uma excelente descrição da língua inglesa, dentro da linha distribucionalista.

À diferença de Zellig Harris, e bem antes de Chomsky, Gleason recorre ao significado em suas análises e interpretações, buscando apoio na intuição do falante. Sua obra interessa-

-nos, especificamente, pela contribuição que traz à análise em constituintes imediatos (cap. 10, p. 105-21), com novas soluções gráficas, que podemos aplicar ao português.

HJELMSLEV, Louis. *Éssais linguistiques.* Paris, Minuit, 1971. Quatro ensaios são fundamentais para a compreensão da estrutura das línguas: "La structure morphologique" (1939), "La notion de réction" (1939), "Éssai d'une théorie des morphemes" (1938) e "Le verbe et la phrase nominale" (1948). Escritos na época em que ele elaborava sua teoria da linguagem, esses ensaios apresentam uma visão revolucionária da estrutura das línguas. Constituem-se em uma preparação do leitor para enfrentar as dificuldades da glossemática, exposta em: *Prolégomènes à une théorie du langage.* Paris, Minuit, 1968.

HOCKETT, Charles F. *Curso de lingüística moderna.* Tradução e adaptação ao espanhol de E. Gregores e J. A. Suarez. Buenos Aires, Universitária, 1971.

Dentro da linha distribucionalista, Hockett enlaça os estudos de fonêmica e morfologia, e, por outro lado, de morfologia e sintaxe. Oferece-nos, assim, uma descrição homogênea de um sistema lingüístico, que podemos aplicar à língua portuguesa com resultados extremamente enriquecedores.

Ao fim de cada capítulo, o leitor encontra um apanhado dos termos novos utilizados, seguido ora da proposta de um problema específico sobre o qual deve refletir, para elaborar melhor em sua mente o tema desenvolvido, ora de um exercício para fixação da matéria discutida, com aplicação da teoria ao espanhol.

São da maior importância as soluções gráficas que Hockett propõe para a análise em constituintes imediatos (ver cap. XVII a XXII, p. 149-200).

SAPIR, Edward. *A linguagem — introdução ao estudo da fala.* Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. 2. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1971.

Discípulo de Franz Boas, Sapir alia a visão do lingüista à do antropólogo, enriquecendo a análise de numerosas línguas com a percepção da cultura das comunidades que as falam. Não se limitando ao trabalho com línguas indo-européias, Sapir abre-nos um vasto panorama para o estudo comparativo da estrutura de línguas profundamente diferentes, mas leva-nos a perceber a identidade subjacente a todas elas.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale.* Paris, Klincksieck, 1969.

——. *Esquisse d'une syntaxe structurale.* Paris, Klincksieck, 1953.

——. Comment construire une syntaxe. In: JACOB, André. *Génèse de la pensée linguistique.* Paris, Armand Colin, s. d. Numa época em que as atenções dos lingüistas se voltavam de preferência para a fonologia e a morfologia, Tesnière trabalhava especificamente com a sintaxe. A obra renovadora deste indo-europeísta deixa perceber que ele não foi apenas um cientista da linguagem, mas um grande professor, preocupado com a aplicação imediata de suas propostas teóricas. Em sua sintaxe estrutural provavelmente se inspiraram a gramática gerativo-transformacional e a gramática dos casos. No *Esquisse*, Tesnière apresenta sinteticamente os pontos mais importantes de sua teoria e do método de análise que criou para servi-la. É também interessante acompanhar, no ensaio "Comment construire une syntaxe", a gestação de sua sintaxe estrutural.

As séries

SÉRIE PRINCÍPIOS e SÉRIE FUNDAMENTOS

são fruto de um trabalho editorial intenso e realista, e apresentam livros intimamente ligados aos currículos de nossas faculdades, sempre elaborados por autores representativos de diversas áreas do conhecimento e integrados ao Ensino Superior do país.
Conheça também os volumes da série *Princípios*:

1. **Paródia, paráfrase & Cia.** — Affonso Romano de Sant'Anna ★ 2. **Teoria do conto** — Nádia Battella Gotlib ★ 3. **A personagem** — Beth Brait ★ 4. **O foco narrativo** — Ligia Chiappini Moraes Leite ★ 5. **A crônica** — Jorge de Sá ★ 6. **Versos, sons, ritmos** — Norma Goldstein ★ 7. **Erotismo e literatura** — Jesus Antonio Durigan ★ 8. **Semântica** — Rodolfo Ilari & João Wanderley Geraldi ★ 9. **A pesquisa sociolingüística** — Fernando Tarallo ★ 10. **Pronúncia do inglês norte-americano** — Martha Steinberg ★ 11. **Rumos da literatura inglesa** — Maria Elisa Cevasco & Valter Lellis Siqueira ★ 12. **Técnicas de comunicação escrita** — Izidoro Blikstein ★ 13. **O caráter social da ficção do Brasil** — Fábio Lucas ★ 14. **Best-seller: a literatura de mercado** — Muniz Sodré ★ 15. **O signo** — Isaac Epstein ★ 16. **A dança** — Miriam Garcia Mendes ★ 17. **Linguagem e persuasão** — Adilson Citelli ★ 18. **Para uma nova gramática do Português** — Mário A. Perini ★ 19. **A telenovela** — Samira Youssef Campedelli ★ 20. **A poesia lírica** — Salete de Almeida Cara ★ 21. **Períodos literários** — Lígia Cademartori ★ 22. **Informática e sociedade** — Antonio Nicolau Youssef & Vicente Paz Fernandez ★ 23. **Espaço e romance** — Antonio Dimas ★ 24. **O herói** — Flávio R. Kothe ★ 25. **Sonho e loucura** — José Roberto Wolff ★ 26. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** — Evanildo Bechara ★ 27. **Morfologia inglesa — noções introdutórias** — Martha Steinberg ★ 28. **Iniciação à música popular brasileira** — Waldenyr Caldas ★ 29. **Estrutura da notícia** — Nilson Lage ★ 30. **Conceito de psiquiatria** — Adilson Grandino & Durval Nogueira ★ 31. **O inconsciente — um estudo crítico** — Alfredo Naffah Neto ★ 32. **A histeria** — Zacaria Borge Ali Ramadam ★ 33. **O trabalho na América Latina colonial** — Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 34. **Umbanda** — José Guilherme Cantor Magnani ★ 35. **Teoria da informação** — Isaac Epstein ★ 36. **O enredo** — Samira Nahid de Mesquita ★ 37. **Linguagem jornalística** — Nilson Lage ★ 38. **O feudalismo: economia e sociedade** — Hamilton M. Monteiro ★ 39. **A cidade-estado antiga** — Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 40. **Negritude — usos e sentidos** — Kabengele Munanga ★ 41. **Imprensa feminina** — Dulcília Schroeder Buitoni ★ 42. **Sexo e adolescência** — Içami Tiba ★ 43. **Magia e pensamento mágico** — Paula Montero ★ 44. **A metalinguagem** — Samira Chalhub ★ 45. **Psicanálise e linguagem** — Eliana de Moura Castro ★ 46. **Teoria da literatura** — Roberto Acízelo de Souza ★ 47. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo** — Ciro Flamarion S. Cardoso ★ 48. **Lutas camponesas no Nordeste** — Manuel Correia de Andrade ★ 49. **A linguagem literária** — Domício Proença Filho ★ 50. **Brasil Império** — Hamilton M. Monteiro ★ 51. **Perspectivas históricas da educação** — Eliane Marta Teixeira Lopes ★ 52. **Camponeses** — Margarida Maria Moura ★ 53. **Região e organização espacial** — Roberto Lobato Corrêa ★ 54. **Despotismo esclarecido** — Francisco José Calazans Falcon ★ 55. **Concordância verbal** — Maria Aparecida Baccega ★ 56. **Comunicação e cultura brasileira** — Virgílio Noya Pinto ★ 57. **Conceito de poesia** — Pedro Lyra ★ 58. **Literatura comparada** — Tania Franco Carvalhal ★ 59. **Sociedades indígenas** — Alcida Rita Ramos ★ 60. **Modernismo brasileiro e vanguarda** — Lucia Helena ★ 61. **Personagens da literatura infanto-juvenil** — Sonia Salomão Khéde ★ 62. **Cibernética** — Isaac Epstein ★ 63. **Greve — fatos e significados** — Pedro Castro ★ 64. **A aprendizagem do ator** — Antonio Januzelli, Janô ★ 65. **Carnaval, carnavais** — José Carlos Sebe ★ 66. **Brasil República** — Hamilton M. Monteiro ★ 67. **Computador e ensino — uma aplicação à língua portuguesa** — Cristina P. C. Marques, M. Isabel L. de Mattos, Yves de la Taille ★ 68. **Modo capitalista de produção e agricultura** — Ariovaldo Umbelino de Oliveira ★ 69. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão** — Ronaldo Vainfas ★ 70. **Marxismo e teoria da revolução proletária** — Eder Sader ★ 71. **Pescadores do mar** — Simone Carneiro Maldonado ★ 72. **A alegoria** — Flávio R. Kothe ★ 73. **Consciência e identidade** — Malvina Muszkat ★ 74. **Oficina de tradução — A teoria na prática** — Rosemary Arrojo ★ 75. **História do movimento operário no Brasil** — Antonio Paulo Rezende ★ 76. **Neuroses** — Manuel Ignacio Quiles ★ 77. **Surrealismo** — Marilda de Vasconcellos Rebouças ★ 78. **Romantismo** — Adilson Citelli ★ 79. **Higiene bucal** — Giorgio de Micheli, Carlos Eduardo Aun, Michel Nicolau Youssef ★ 80. **Aspectos econômicos da educação** — Ladislau Dowbor ★ 81. **Escola Nova** — Cristiano Di Giorgi ★ 82. **Análise da conversação** — Luiz Antonio Marcuschi ★ 83. **O Estado Federal** — Dalmo de Abreu Dallari ★ 84. **Iluminismo** — Francisco José Calazans Falcon ★ 85. **Constituições** — Célia Galvão Quirino, Maria Lúcia Montes ★ 86. **Literatura infantil - voz de criança** — Maria José Palo, Maria Rosa D. Oliveira ★ 87. **A imagem** — Eduardo Neiva Jr. ★ 88. **Teoria lexical** — Margarida Basilio ★ 89. **A política externa brasileira (1822-1985)** — Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno ★ 90. **Energia & fome** — Gilberto Kobler Corrêa ★ 91. **Sonhar, brincar, criar, interpretar** — Arlindo C. Pimenta ★ 92. **História da literatura alemã** — Eloá Heise, Ruth Röhl ★ 93. **História do trabalho** — Carlos Roberto de Oliveira ★ 94. **Nazismo - "O Triunfo da Vontade"** — Alcir Lenharo ★ 95. **Fascismo italiano** — Angelo Trento ★ 96. **As drogas** — Luiz Carlos Rocha ★ 97. **Poesia infantil** — Maria da Glória Bordini ★ 98. **Pactos e estabilização econômica** — Pedro Scuro Neto ★ 99. **Estética do sorriso** — Michel Nicolau Youssef, Carlos Eduardo Aun, Giorgio de Micheli ★ 100. **Leitura sem palavras** — Lucrécia D'Aléssio Ferrara ★ 101. **O Diabo no imaginário cristão** — Carlos Roberto F. Nogueira ★ 102. **Psicoterapias** — Zacaria Borge Ali Ramadam ★ 103. **O conto de fadas** — Nelly Novaes Coelho ★ 104. **Guia teórico do alfabetizador** — Miriam Lemle ★ 105. **Entrevista — o diálogo possível** — Cremilda de Araújo Medina ★ 106. **Quilombos — resistência ao escravismo** — Clóvis Moura ★ 107. **Raça — conceito e preconceito** — Eliane Azevêdo ★ 108. **Candomblé — religião e resistência cultural** — Raul Lody ★ 109. **Abolição e reforma agrária** — Manuel Correia de Andrade ★ 110. **Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade** — Rita de Cassia Barbosa ★ 111. **Cinema e montagem** — Eduardo Leone e Maria Dora Mourão ★ 112. **Democracia** — Décio Saes ★ 113. **O verbo inglês — teoria e prática** — Valter Lellis Siqueira ★ 114. **Descobrimentos e colonização** — Janice Theodoro da Silva ★ 115. **D. João VI: os bastidores da independência** — Leila Mezan Algranti ★ 116. **Escravidão negra no Brasil** — Suely Robles Reis de Queiroz ★ 117. **Anarquismo e anarcossindicalismo** — Giuseppina Sferra ★ 118. **A feitiçaria na Europa moderna** — Laura de Mello e Souza ★ 119. **Funções da linguagem** — Samira Chalhub ★ 120. **Ciclo da vida — ritos e ritmos** — Thales de Azevedo ★ 121. **Televisão e psicanálise** — Muniz Sodré ★ 122. **Cultura popular no Brasil** — Marcos Ayala e Maria Ignez Novais Ayala ★ 123. **Desenvolvimento da personalidade — símbolos e arquétipos** — Carlos Byington ★ 124. **Sistemas de comunicação popular** — Joseph M. Luyten ★ 125. **Períodos filosóficos** — João da Penha ★ 126. **Os povos bárbaros** — Maria Sonsoles Guerras.